



PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA DOS
RECURSOS HÍDRICOS E REVITALIZAÇÃO DE
BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESPÍRITO SANTO –
PROGRAMA ÁGUAS E PAISAGEM II
VERSÃO PÓS CONSULTA PÚBLICA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COMITÊ DIRETIVO

Alvaro Rogério Duboc Fajardo
Felipe Rigoni Lopes
Fabio Ahnert
Hekssandro Vassoler
José Eustáquio de Freitas
Germano Felipe Wernersbach Neto

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Lilian Siqueira
José Felz Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – UGP

Germano Felipe Wernersbach Neto
Dayane Cassandri
Aíra Francisca dos Santos
Vitor Lúcio Scalfoni
Cassio Faé

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - UIP

Marcos Franklin Sossai
Frederico Pereira Pinto
Lucelio Lovati
Gabriel Guzzo
Igor Mielke
Davi Pedrosa

AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ana Luíza Grateki Barbosa
Ronaldo Montalvão Junior
Izabela Silvestre Batista

COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Major BM Anderson Augusto Guerin Pimenta
Major BM Lorena Sarmiento Rezende
Major BM Domingos Sávio Almonfrey
Cap BM André Marinho de Godoy
Cap BM Bruno Moreira Bona
Ten Cel BM Rodrigo Nascimento Ribeiro
Giuliane Moreira
André Luiz Souza da Silva

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO

Neomar A. Pezzin Junior
Lucélia Fehlberg Pereira Bueno
Gustavo Passos Leite da Silva
Denise Souza Gotardo Schneider
Rosimere da Penha Amancio Campos
Silvânia Cardoso Malta
Fabricia Dalcolmo Sigler

CONSULTORIA EXTERNA ESPECIALIZADA
Clarice Correa de Mendonça

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas do Programa de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas do Espírito Santo - Águas e Paisagem II.

O documento foi elaborado com base nas informações compartilhadas pela equipe do Programa, Banco Mundial e com base em dados secundários sobre a realidade onde serão implantadas as atividades. O Programa segue o Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial e as Normas que estabelece.

O Plano foi levado à Consulta Pública para coleta de contribuições das partes interessadas. As contribuições foram analisadas e integradas ao processo, quando pertinente. As partes receberam resposta aos questionamentos. Depois de adequado, o plano está sendo finalizado e será publicado.

Versão Pós-Consulta Pública

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. INTRODUÇÃO Águas e Paisagem II	6
1.1. Histórico e a nova fase do Programa	6
1.2. Objetivos	7
1.2.1. Objetivo Geral	7
1.2.2. Objetivos Específicos	7
1.3. Componentes	8
1.4. Plano de Envolvimento de Partes Interessadas	9
2. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS	10
2.1. Conceito	10
2.2. Metodologia	11
2.3. Partes Interessadas	13
2.4. Indivíduos e Grupos Desfavorecidos ou Vulneráveis	18
3. ENVOLVIMENTO NA PREPARAÇÃO DO PROJETO	19
3.1. Antecedentes do Envolvimento	19
3.1.1. Comitês de Bacia Hidrográfica	20
3.1.2. Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH)	21
3.1.3. Probacias	21
3.1.4. Sistema de Proteção e Defesa Civil	22
3.1.5. Sistema Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres – Alerta!	22
3.2. Consulta Pública	23
3.2.1. Publicação	23
3.2.2. Consulta Direta	23
3.3. Divulgação da Consulta Pública	24
3.4. Devolutivas	24
4. ENVOLVIMENTO DURANTE O PROJETO	25
4.1. Princípios	25
4.2. Meios de Comunicação, Divulgação e Envolvimento das Partes Interessadas	26
4.3. Ações de Envolvimento por Parte Interessada	34
5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES	39
5.1. Recursos	39

5.2.	Funções e responsabilidades de gestão	39
5.2.1.	Sobre a SEAMA	39
5.2.2.	Sobre o Grupo de Trabalho Especial	40
5.2.3.	Monitoramento do PEPI	40
6.	MECANISMO DE ATENDIMENTO A RECLAMAÇÕES	41
6.1.	Publicização	42
6.2.	Descrição do Mecanismo de Atendimento	42
6.3.	Grupos Vulneráveis	44
6.4.	Processo de Gestão e Monitoramento	44
6.4.1.	Prazo de Resposta	44
6.4.2.	Verificação	44
6.4.3.	Gestão	45
6.5.	Mecanismos de Reclamação do Banco Mundial	45
7.	MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E RELATÓRIOS	46
7.1.	Monitoramento e avaliação	46
7.2.	Participação das partes interessadas	46
7.3.	Indicadores	47
7.4.	Relatórios	47
7.4.1.	Apresentação de relatório às partes interessadas	47
8.	ORÇAMENTO E CRONOGRAMA	49
8.1.	Orçamento	49
8.2.	Cronograma	50
ANEXO I Registro da Consulta Pública		56
Consulta Pública Divulgação Via Internet		57
Consulta Pública Envio de Convites e Mensagens		58
Consulta Pública destinatários		61
Consulta Pública Comentários e Devolutivas		65

1. INTRODUÇÃO

ÁGUAS E PAISAGEM II

O Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, em execução pelo Governo do Estado do Espírito Santo, introduziu a gestão integrada de recursos hídricos, ferramenta importante para garantir o fornecimento de água em quantidade e qualidade. Com o novo Programa, o Espírito Santo busca promover a revitalização de bacias hidrográficas e aprimorar os instrumentos de gestão, redução de impactos, mitigação de riscos e desastres e fortalecimento do sistema de Defesa Civil.

O Estado do Espírito Santo tem um histórico de parceria com o Banco Mundial em iniciativas de desenvolvimento sustentável desde a década de 1990, com operações em abastecimento de água e saneamento (WSS), relacionadas a eficiência e aumento de cobertura, gestão da poluição costeira, biodiversidade e conservação e restauração de bacias hidrográficas. O Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, em andamento e financiado pelo Banco, mantém investimentos em saneamento e trouxe também assistência técnica avançada no planejamento de recursos hídricos, melhoria da qualidade da água e gestão de bacias hidrográficas, bem como no fortalecimento da capacidade do sistema de defesa civil para gerenciar risco e resposta a desastres.

Agora, o Estado busca viabilizar um novo Programa, complementando as atividades do primeiro, principalmente nos aspectos relacionados ao aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, implantação de ações planejadas, obras para redução dos impactos de enchentes, infraestrutura para segurança hídrica e mitigação de riscos e desastres relacionados a deslizamentos e inundações.

1.1. HISTÓRICO E A NOVA FASE DO PROGRAMA

O Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem - Programa Águas e Paisagem, priorizou ações para a ampliação da cobertura dos serviços de saneamento básico, contribuiu para o Estado sistematizar a gestão dos recursos hídricos e iniciar um processo de fortalecimento da sua capacidade para gestão de riscos e desastres, além de apoiar a ampliação da cobertura florestal. O Programa introduziu no Estado, de forma efetiva, a implementação do conceito de gestão integrada de recursos hídricos. Com o apoio do Programa Águas e Paisagem, o Estado elaborou o Plano Estadual de Recursos Hídricos e planos de bacia e

enquadramento para seis Comitês de Bacia Hidrográfica. Com este apoio, o Estado passou a ter os 14 Comitês providos com esses instrumentos de gestão. O Estado também iniciou a implantação da primeira etapa das redes estaduais de monitoramento hidrológico e hidrometeorológico e a construção do Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos, um equipamento fundamental para conferir mais agilidade às forças operacionais de segurança na prevenção de desastres, na tomada de decisões e respostas à população afetada.

Com o novo projeto, Águas e Paisagem II, o Espírito Santo entra em novo ciclo de gestão de recursos hídricos que é o de promover a revitalização de bacias hidrográficas e implantar as ações previstas nos planos, bem como implantar a Cobrança pelo uso da água como um instrumento de gestão para promover a sustentabilidade financeira à sistemática e operacionalização dos instrumentos de gestão e alavancar projetos previstos nos planos de bacia hidrográfica. A seguir são descritos os objetivos e componentes do Águas e Paisagem II.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. OBJETIVO GERAL

Contribuir para o Estado do Espírito Santo aumentar a segurança hídrica e resiliência a eventos climáticos extremos.

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover o uso mais eficiente da água e garantir disponibilidade em quantidade e qualidade;
- Prevenir e mitigar os efeitos de eventos hidrológicos extremos;
- Implementar uma unidade demonstrativa de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim;
- Ampliar a área restaurada, reflorestada ou usando práticas sustentáveis de uso do solo, por meio de Pagamentos por Serviços Ambientais (Reflorestar) em 4.000 hectares;
- Contribuir para a redução de, aproximadamente, 24% do aporte de sedimentos nos cursos d'água das microbacias apoiadas com a restauração florestal, elevando a segurança hídrica das cidades abastecidas;
- Viabilizar a infiltração de até, aproximadamente, 2.4 milhões de m³ de água das chuvas nos solos, a partir da implementação de cerca

de 16mil estruturas de contenção de água, como barraginhas e coxinhos;

- Reduzir prejuízos para a população, segmentos da economia, municípios e o Estado com as despesas decorrentes de eventos extremos.

1.3. COMPONENTES

Componente 1. Capacitando o Estado para a segurança hídrica em um contexto de mudanças climáticas

Subcomponente 1.1. Fortalecimento da capacidade de Gestão de Recursos Hídricos (GRH).

Subcomponente 1.2. Fortalecimento da capacidade de gestão de risco de desastres.

Componente 2. Demonstrando abordagens integradas de segurança hídrica em bacias chave.

Subcomponente 2.1. PSA para melhoria da cobertura florestal e do uso do solo.

Subcomponente 2.2. Gestão de inundações e secas em bacias hidrográficas prioritárias.

Componente 3. Apoio a medidas para redução de riscos de inundação em municípios críticos

Componente 4. Gestão do Programa

Componente 5. Contingencial de Resposta a Emergências (CERC)

1.4. PLANO DE ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS

O Plano de Envolvimento Partes Interessadas (PEPI) do Projeto é estruturado nos seguintes eixos:

- Transparência e divulgação de informações relevantes às partes interessadas;

- Participação social através de canais acessíveis de interlocução com as partes interessadas e com a população em geral;
- Incorporação crítica das manifestações das partes interessadas sobre a execução das atividades;
- Especial atenção aos indivíduos e grupos vulneráveis;
- Resposta e resolução de queixas de forma tempestiva e eficiente.

Versão Pós-Consulta Pública

2. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

O processo de identificação das partes interessadas é uma etapa essencial para que se possibilite seu efetivo engajamento e deve ser executado de forma contínua ao longo do projeto. Este documento sintetiza os resultados dessa identificação e demonstra como o processo está sendo continuamente executado ao longo do projeto.

2.1. CONCEITO

As partes interessadas do projeto são definidas como indivíduos, grupos ou organizações que:

- são ou podem ser impactados direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, pelo projeto – ‘partes afetadas’; e
- Podem ter interesse no projeto, cujos interesses podem ser afetados pelo projeto e/ou têm o potencial de influenciar os desfechos do projeto de alguma forma – ‘partes interessadas’.

As partes interessadas podem ser divididas nas seguintes categorias principais, entre pessoas e organizações que:

- Participam na implementação e coordenação do projeto (P);
- Influenciam diretamente a implementação do projeto (ID);
- Influenciam indiretamente a implementação do projeto (II);
- Diretamente afetados pelos resultados do projeto (DA);
- Indiretamente afetados pelos resultados do projeto (IA).

A identificação dos representantes de pessoas ou grupos é importante para o processo de comunicação e tomada de decisão com as partes interessadas. Representantes legítimos podem ser entendidos como indivíduos que foram incumbidos por outras pessoas para realizar a comunicação e defender seus interesses em instâncias específicas.

De forma geral, na relação com o projeto, os representantes têm o papel de:

- Apoiar na comunicação de mão dupla entre as partes interessadas e o projeto;
- Facilitar o processo de deliberação e tomada de decisão;
- Fornecer informações úteis sobre as configurações locais para melhor adequação do projeto;
- Atuar como elo de cooperação para execução do projeto, dentre outros.

A identificação de representantes legítimos é essencial para que não existam problemas de falta de confiabilidade, adesão e adequação dos processos por eles mediados. Ao longo do Programa Águas e Paisagem II, a legitimidade dos representantes deverá ser verificada por meio de entrevistas e conversas informais com uma amostra aleatória das partes interessadas e seus grupos. Essa investigação considerará se os referidos representantes de fato foram escolhidos pelos representados e em que medida esse processo de escolha foi democrático e inclusivo, ou seja, que permitiu a manifestação e representação dos diversos perfis e grupos.

2.2. METODOLOGIA

A identificação das partes interessadas do Programa acontece em dois processos.

Primeiro, já foi feita uma identificação inicial para composição do PEPI, aqui apresentado, com base nas informações fornecidas pela equipe técnica dos subcomponentes do Programa, nos estudos que embasaram o desenho das atividades e dados secundários sobre as regiões que serão atendidas. Essa identificação poderá ser aprimorada a partir das informações coletadas na consulta pública do PEPI, detalhada neste documento em seção específica.

Em seguida, durante a execução do Programa a identificação de partes interessadas será tratada como um processo contínuo. As equipes de execução, parceiros e o mecanismo de queixas e reclamações serão fontes para uma constante retroalimentação da identificação de partes interessadas. Caso ocorra a identificação de nova parte interessada, será feita sua inclusão no PEPI e serão desenhadas atividades de envolvimento e comunicação específicas e adequadas a sua realidade.

2.3. PARTES INTERESSADAS

Quadro 1. Partes interessadas identificadas

Parte Interessada	Atuação no projeto	Interesse e influência*	Efeito do projeto na Parte Interessada
População em geral do estado do Espírito Santo, especialmente a que reside nas proximidades das regiões atendidas e usuários de água	Beneficiários indiretos e participação como parte interessada	IA	Melhoria na gestão de recursos hídricos e gestão de risco de desastres, conservação ambiental e práticas de uso sustentável do solo. Melhoria da capacidade do Estado para preparar e responder a eventos hidrológicos extremos.
Proprietários de terras elegíveis ao Programa Reflorestar (nova fase), entidades representativas e associações	Beneficiário das ações do Subcomponente 2.1	DA	Melhoria da cobertura florestal e uso do solo.
População, atividades econômicas e prefeituras municipais da Bacia do Rio Itapemirim	Beneficiário das ações do Subcomponente 2.2	DA	Melhorias em segurança hídrica e resiliência a mudanças climáticas. Impactos temporários durante as obras para prevenção e contenção de enchentes e deslizamentos em áreas de risco.
População das proximidades das obras nos municípios críticos (Águia Branca, João Neiva, Ibiraçu, Iconha, Alfredo Chaves)	Participação como parte interessada das ações do Componente 3 para redução de inundações e secas	DA	Impacto durante a execução das obras, tais como poluição sonora, trânsito de maquinário, fechamento de vias, mudança no comportamento do curso d'água, dentre outros. Após conclusão das obras, será beneficiada com a redução dos efeitos nocivos dos eventos climáticos extremos recorrentes.

Parte Interessada	Atuação no projeto	Interesse e influência*	Efeito do projeto na Parte Interessada
Pessoas que serão removidas ou cujo terreno será alvo de desapropriação nos municípios de Água Branca, João Neiva e Ibirapu	Parte interessada das ações do Componente 3	DA	Receber as ações do Plano de Remoção e Reassentamento, tais como as medidas de remoção, indenizatórias e de assistência.
Comitê Diretivo, Secretaria Executiva, Grupo de Trabalho Especial, Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), órgãos Executores do Programa Águas e Paisagem II (SEAMA, AGERH, DER, CEPDEC) e Banco Mundial (BIRD)	Elaboração, implementação, gestão e monitoramento do projeto como um todo, tendo cada organização um papel específico	P	Fortalecimento institucional.
Órgãos e estruturas envolvidos na execução: BANDES, FUNDÁGUA, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, Secretaria de Estado de Agricultura, empresas de consultoria credenciadas no BANDES	Apoio na execução	P	Fortalecimento institucional. Melhoria dos indicadores socioambientais do estado como um todo.
Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos: Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), Gerência de Educação Ambiental (IEMA/SEAMA), AGERH, Comitês de Bacias Hidrográficas; as agências da bacia hidrográfica; representantes dos governos estaduais e municipais que trabalham com questões relacionadas à água	Participação na elaboração, implementação, gestão e monitoramento do Programa	P e DA	Fortalecimento institucional. Contribuição para o alcance dos objetivos dos Planos de Bacia Hidrográfica.

Parte Interessada	Atuação no projeto	Interesse e influência*	Efeito do projeto na Parte Interessada
Órgãos e estruturas envolvidos como apoio: Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Estado de Controle e Transparência, Instituto Jones dos Santos Neves	Apoio na execução, fluxo financeiro, apoio jurídico, articulação e controle	P e DA	Melhoria dos indicadores socioambientais do estado como um todo.
Defesa Civil Estadual e Núcleos Municipais de Defesa Civil, incluindo voluntários	Beneficiários do subcomponente 1.2	P e DA	Melhoria da infraestrutura e preparação da equipe de atuação na gestão de risco de desastres
Secretarias Municipais de Meio Ambiente dos municípios abrangidos; Gestores e Conselho Gestor das Unidades de Conservação da área de abrangência	Beneficiários indiretos, participação como parte interessada	II e IA	Melhoria dos indicadores socioambientais municipais e do estado como um todo
Prefeituras dos municípios da área de abrangência do Programa Reflorestar	Apoio na implementação do Subcomponente 2.1	P	Melhoria dos indicadores socioambientais municipais, por meio do aprimoramento da cobertura florestal e uso do solo
Órgãos de licenciamento ambiental: Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), AGERH	Licenciamento ambiental das intervenções em Iconha, região de Benevente, Águia Branca, João Neiva e Ibirapu	ID	Melhoria dos indicadores socioambientais do estado como um todo.

Parte Interessada	Atuação no projeto	Interesse e influência*	Efeito do projeto na Parte Interessada
Órgãos de decisão participativos e comitês locais existentes (diretoria e membros): Comitês de Bacia Hidrográfica, Comitês Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e comitês de resposta a desastres baseados na comunidade	Promover plataformas de engajamento do cidadão eficientes, sustentáveis, inclusivas e com equilíbrio de gênero	ID	Fortalecimento desses órgãos existentes e legalmente exigidos como uma das atividades centrais previstas no Componente 1 do projeto
Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), também por meio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	A União entra como garantidor do empréstimo. O Programa tem interfaces com iniciativas nacionais.	II	O Programa tem interfaces com iniciativas nacionais. Desenvolvimento técnico-científico e aprendizado mútuo a partir dos dados produzidos e resultados alcançados.
EMBRAPA, EMATER, Centros de Pesquisa, UFES, IFES, demais faculdades, outras instituições de ensino e escolas locais, Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH), INCAPER	Aporte técnico. Prestação de serviços.	II	Desenvolvimento técnico-científico e aprendizado mútuo a partir dos dados produzidos e resultados alcançados.

Legenda:

P= Participam na implementação e coordenação do projeto.

ID= Influenciam diretamente a implementação do projeto.

II = Influenciam indiretamente a implementação do projeto.

DA= Diretamente afetados pelos resultados do projeto.

IA= Indiretamente afetados pelos resultados do projeto.

2.4. INDIVÍDUOS E GRUPOS DESFAVORECIDOS OU VULNERÁVEIS

Aspectos de vulnerabilidade são encontrados entre os seguintes grupos diretamente afetados pelo projeto:

- Residentes das áreas que serão desapropriadas;
- Residentes das áreas elegíveis ao Programa Reflorestar (subcomponente 2.1) e Probacias (subcomponente 2.2);
- Residentes das áreas com riscos de enchentes, desabamentos etc.;
- Residentes das áreas afetadas por eventos climáticos extremos, como enchentes e secas;

Dentre esses grupos, os aspectos de vulnerabilidade potencialmente presentes são:

- Pobreza ou insegurança financeira¹;
- Vulnerabilidade territorial;
- Dependência de recursos naturais;
- Desigualdade de gênero;
- Desigualdade racial;
- Vulnerabilidade de crianças, adolescentes e idosos;
- Modos de vida tradicionais;
- Pessoas com deficiência.

As ações de envolvimento das partes interessadas serão planejadas de forma a promover a inclusão dessas pessoas.

Não foram identificados Povos Indígenas ou Comunidades Quilombolas na área de abrangência do projeto.

¹ Estima-se que 31% da população da Bacia do Itapemirim esteja inscrita no Cadastro Único e destes, 24% vivam abaixo da linha da pobreza e 14% abaixo da linha da pobreza extrema.

3. ENVOLVIMENTO NA PREPARAÇÃO DO PROJETO

O Programa Águas e Paisagem II está em fase de elaboração, em um processo que envolve as partes interessadas desde sua concepção, até a implementação. Como forma de promover e garantir a participação social de outros grupos, uma das etapas de elaboração é a Consulta Pública do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI), descrita a seguir.

O PEPI descreve o cronograma e os métodos de envolvimento das partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projeto e leva em consideração a opinião dessas partes, configurando-se, portanto, em um documento construído com transparência e participação. Durante o processo de elaboração do PEPI, são identificados os pontos de vista das partes interessadas, incluindo a identificação dessas partes e as propostas de contatos futuro.

3.1. ANTECEDENTES DO ENVOLVIMENTO

Desde 2014, o Programa Águas e Paisagem mantém investimentos em saneamento e no planejamento de recursos hídricos, melhoria da qualidade da água e gestão de bacias hidrográficas, bem como no fortalecimento da capacidade do sistema de defesa civil para gerenciar risco e resposta a desastres. Para consecução desses objetivos, redes de colaboração foram estabelecidas, aprimoradas e incentivadas.

A concepção do Programa Águas e Paisagem II está embasada nas redes estabelecidas no Estado para gestão de recursos hídricos e resposta a desastres. Essas redes são mais que meras instâncias consultivas, mas participam ativamente do desenvolvimento das soluções. Por isso, o Águas e Paisagem II é um Programa calcado na participação e no engajamento. Os itens a seguir descrevem essas redes e organizações, suas instâncias participativas e seu envolvimento no Águas e Paisagem II.

3.1.1. COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

Com o apoio do Programa Águas e Paisagem, o Estado elaborou o Plano Estadual de Recursos Hídricos, Planos de Bacia e enquadramento para

Comitês de Bacia Hidrográfica. Com este apoio, todos os 14 Comitês de Bacia estão providos com esses instrumentos de gestão. A elaboração do Águas e Paisagem II vem dessa experiência, em construção conjunta com os Comitês de Bacia.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos colegiados da gestão de recursos hídricos, organizados democraticamente para gerenciar a água de forma descentralizada, integrada e com a participação de todos os membros de uma sociedade que estejam envolvidos diretamente e localmente com os usos da água. Com atribuições de caráter normativo, consultivo e deliberativo, integram o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Possuem representantes do poder público, dos usuários de água e da sociedade civil organizada. Sua composição diversificada e democrática contribui para que todos os setores da sociedade com interesse sobre a água na bacia tenham representação e poder de decisão sobre sua gestão. Suas principais competências são: aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; arbitrar conflitos pelo uso da água, em primeira instância administrativa; estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água; entre outros. Atualmente há mais de 200 comitês de bacia em funcionamento no País, 14 no Estado do Espírito Santo. Os comitês são organizados em instâncias participativas próprias, representantes eleitos e reuniões públicas.

Os Comitês do Estado organizaram-se em um Fórum Capixaba de Comitês de Bacias Hidrográficas (FCCBH), instância Colegiada formada pelo conjunto dos Comitês de Bacias legalmente instituídos e PróComitês no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos existentes no território do Estado do Espírito Santo. Compete ao Fórum formular e articular as políticas públicas de recursos hídricos, em âmbito estadual e nacional, visando o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, de forma descentralizada, integrada e participativa. O Fórum realiza reuniões periódicas e participa das atividades relativas à sua competência.

Além disso, é realizado o Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas (Ecob/ES) com o objetivo de promover discussões e capacitar os membros do Sigerh, bem como propiciar um diálogo com a sociedade sobre os temas relacionados à gestão de recursos hídricos. Em 2021, foi realizada a 4ª edição do encontro.

3.1.2. CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CERH)

Composto de forma paritária por representantes do Poder Público, das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos, cadastradas na SEAMA, e dos Usuários de Recursos Hídricos, o CERH tem competências estratégicas na

gestão dos recursos hídricos do estado, estabelecidas pela Política Estadual de Recursos Hídricos.

No Brasil, os Conselhos representam uma importante instância de participação social e representação da sociedade. O CERH está envolvido com o planejamento do Águas e Paisagem II e estará também em sua execução, uma vez que é responsável pelo acompanhamento da execução da Política Estadual de Recursos Hídricos.

3.1.3. PROBACIAS

Lançado em 2021 pelo Governo do Estado do Espírito Santo, o Programa para a Conservação e a Revitalização de Bacias Hidrográficas no Estado do Espírito Santo – PROBACIAS foi constituído por ações concebidas e executadas, de forma participativa e integrada, pelo governo estadual, municipais e sociedade civil organizada. Tem por finalidade recuperar, preservar e conservar as Bacias Hidrográficas, por meio de ações integradas e permanentes, que promovam um processo sustentável de uso e gestão dos recursos hídricos, a melhoria das condições socioambientais, o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade da água para usos múltiplos, mediante a consolidação de objetivos definidos. O Programa terá apoio do programa Reflorestar e do ALERTA ES, podendo receber recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais – FUNDÁGUA, orçamento próprio do tesouro estadual e de fontes nacionais e internacionais de recursos financeiros.

Os objetivos do Águas e Paisagem II estão em consonância com os do Probacias, que participou da execução do primeiro, especialmente do componente 2 ‘Demonstrando a abordagem integrada de segurança hídrica em bacias prioritárias’. A estrutura do Probacias, seus componentes e instâncias participativas e colaborativas estão sendo utilizadas no Águas e Paisagem II.

3.1.4. SISTEMA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

O subcomponente do Águas e Paisagem II relativo ao ‘Fortalecimento da gestão de risco de desastres’ está sendo desenvolvido em constante colaboração com os componentes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil. Para esse tema, as estratégias de envolvimento das partes interessadas também estão calcadas nos mecanismos participativos e de construção conjunta determinados para o sistema de proteção e defesa civil.

O Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil elaborado pelo Governo do Estado tem a finalidade de articular e facilitar a prevenção, preparação e resposta aos desastres no estado do Espírito Santo, estabelecendo as atribuições de cada uma das instituições que compõem o Comitê

Estadual de Articulação Institucional em Proteção e Defesa Civil. Grupo executivo formado por representantes de instituições do estado que possuem a função de oferecer atuação frente à prevenção, preparação e resposta aos desastres, o Comitê é composto por diversos órgãos estaduais e municipais, com suas funções específicas estabelecidas no Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil. Diversas atividades e objetivos do Águas e Paisagem II estão em consonância com os Plano Estadual e envolvem diretamente a participação dos componentes do comitê, seja na elaboração ou na implementação.

3.1.5. SISTEMA ESTADUAL DE MONITORAMENTO E ALERTA DE DESASTRES – ALERTA!

Em 2019 foi instituído o Sistema Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres, denominado Alerta!, integrante do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, com a finalidade de dotar o Estado do Espírito Santo de uma estrutura integrada de planejamento, ordenação e análise das informações de mapeamento, monitoramento, previsão e alerta de variáveis meteorológicas, hidrológicas, geológicas e oceanográficas, bem como outras informações técnico-científicas do meio físico, nas ações de monitoramento, que se caracterizam como riscos e ameaças de desastres. O sistema hoje funciona com a composição de diversos órgãos do estado e produzindo dados e protocolos para a tomada de decisão e respostas à população.

A implantação da primeira etapa das redes estaduais de monitoramento hidrológico e hidrometeorológico aconteceu no escopo do Programa Águas e Paisagem I. Agora, na segunda fase do Programa, a rede será aprimorada, sendo sua participação fundamental para a elaboração e para a futura implementação das atividades.

3.2. CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública tem o objetivo de colher contribuições, críticas e demais manifestações relacionadas à forma com o que o Programa planeja envolver as partes interessadas ao longo de sua execução. Foi realizada no período de 17 a 26 de março de 2022, como parte das etapas de preparação do programa. O Anexo 1 traz o registro sobre a publicação da consulta, meios de divulgação, manifestações recebidas e devolutivas.

3.2.1. PUBLICAÇÃO

A presente versão pós-consulta e a versão pré consulta está sendo divulgada na página eletrônica da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e no da AGERH, no seguinte endereço eletrônico:

Pré Consulta: <https://agerh.es.gov.br/aguas-e-paisagem-2>

Durante esse prazo, as partes interessadas poderão enviar comentários por escrito, vídeo ou áudio via os seguintes canais:

- E-mail: consulta.aguasepaisagem2@agerh.es.gov.br
- Telefone: (27) 3347-6229
- Formulário eletrônico:
<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSenj4mvgN9s3aAVXU4vokPpXHGLtwI41jd-3ibF2hu6qgbtyQ/closedform>

Pós Consulta: <https://seama.es.gov.br/aguas-e-paisagem-2>

Em função das circunstâncias atuais determinadas pela pandemia do COVID-19 e as determinações de distanciamento social, a Consulta Pública foi realizada no formato on-line com o preenchimento do formulário.

3.2.2. CONSULTA DIRETA

O Programa está embasado em um sistema de participação social estabelecido para as instâncias e organizações que colaboram com a construção do Programa (conforme descrito no item 3.1).

Para a fase de consulta pública, portanto, essas organizações e indivíduos receberam diretamente da coordenação do Programa uma versão do PEPI para revisão. Ao todo foram enviados mais de 300 convites por email. A lista de endereços enviados encontra-se no Anexo I.

As sugestões foram coletadas, avaliadas e integradas ao documento.

3.3. DIVULGAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública do PEPI foi divulgada, com antecedência, no site e redes sociais da SEAMA e demais órgãos executores do Programa. Foi enviado um release para a imprensa local.

No Instagram, foram registradas mais de 1.250 contas atingidas e 54 visualizações na página disponibilizada no Instagram

3.4. DEVOLUTIVAS

Os comentários ao PEPI foram unificados em um instrumento de acompanhamento e compartilhados com os órgãos executores e de gestão do Programa, que deliberaram sobre as modificações no

documento. Após melhorias, uma segunda versão do PEPI foi produzida e integrada ao Programa. Atendendo uma proposta recebida durante as consultas, ressalta-se que os documentos técnicos do Programa serão divulgados em linguagem e formatos acessíveis à população não especializada, seja na página dedicada da Internet, seja nos futuros diálogos com a população.

Todas as pessoas que fizeram comentários receberam devolutiva acerca do aspecto em questão. Os meios preferidos para devolutiva foram coletados no ato do recebimento das sugestões. O Anexo 1 traz os comentários recebidos pelo Programa e as devolutivas realizadas.

O PEPI atualizado está sendo novamente divulgado.

Versão Pós-Consulta Pública

4. ENVOLVIMENTO DURANTE O PROJETO

As atividades de Envolvimento das Partes Interessadas permeiam todos os componentes 1, 2, 3 e 4 do Programa Águas e Paisagem II, devendo ocorrer durante a implementação, gestão, comunicação, monitoramento e avaliação. Os itens a seguir descrevem o planejamento para que o projeto proporcione o necessário envolvimento das partes interessadas.

A equipe de cada componente será responsável pela parte que lhe cabe das ações de engajamento. O Programa também contará com uma equipe específica para a comunicação, envolvimento das partes interessadas e o mecanismo de queixas, a ser gerenciada pela SEAMA.

4.1. PRINCÍPIOS

O Programa aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas, em consonância com as melhores práticas no tema:

- Abertura e abordagem do ciclo do Programa: processo continuado de diálogo por meio de consultas públicas a serem organizadas durante todo o ciclo do projeto, realizadas de maneira aberta para as partes afetadas, sem manipulação, interferência, coerção ou intimidação externa;
- Linguagem Acessível: em atendimento a sugestões apresentadas durante o processo de consulta pública, todas as informações técnicas serão apresentadas em linguagem simples e de fácil compreensão.
- Participação informada e manifestação: as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em formato apropriado; haverá oportunidades para a manifestação das partes afetadas, análise e a abordagem dos comentários, demandas, sugestões e eventuais críticas;
- Inclusão e sensibilidade: a identificação das partes interessadas será contínua ao longo do Programa e realizada a fim de respaldar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos subcomponentes e suas atividades será inclusivo. Todas as partes afetadas, em todos os momentos, são incentivadas a se envolverem no processo de consulta e terão

acesso igualitário à informação. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental para a seleção dos métodos de engajamento, principalmente ao se considerar os grupos vulneráveis, que demandam atenção especial;

- Flexibilidade: se o distanciamento social devido a pandemia do Covid-19 inibir as formas tradicionais de engajamento, a metodologia deve ser adaptada, valendo-se, por exemplo, das várias formas de comunicação via internet, meio que se popularizou ainda mais após a pandemia.

4.2. MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Os materiais de divulgação identificaram os canais de interação para as partes interessadas obterem mais informações, realizarem perguntas e manifestações. Também apresentarão o Mecanismo de Queixas e seus canais de acesso.

Quadro 2. Resumo dos meios de comunicação, estratégias de divulgação e envolvimento das partes interessadas do Programa

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento		
Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas
Site	<p>https://seama.es.gov.br/aguas-e-paisagem-2</p> <p>Site do Programa Águas e Paisagem II no portal da SEAMA</p>	<p><u>Divulgação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Informações gerais sobre o Programa, seus subcomponentes e parcerias; - Notícias e informações sobre as atividades; - Dados de monitoramento do andamento do Programa e avaliação de resultados. <p><u>Mobilização e Engajamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Campanhas para mobilização das partes interessadas para participação nas decisões e atividades; - Para promover a participação de partes interessadas e a adesão dos públicos-alvo a determinadas fases do Programa, será analisada a possibilidade de usar ferramentas para impulsionar visitas ao site através de mecanismo de resultados de busca paga. <p><u>Monitoramento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento do comportamento dos visitantes do site, termos mais pesquisados e que estão relacionados ao Programa, informações sobre público-alvo, localidade e comportamento em relação à navegabilidade. - Os resultados dessa análise serão utilizados para pautar a produção de conteúdos de interesse dos públicos.
Redes Sociais – Facebook, Instagram, Telegram	<p>www.facebook.com/meioambientees</p> <p>www.instagram.com/meioambientees</p> <p>Também serão usados sites e redes de organizações parceiras, em casos específicos.</p>	<p><u>Lei Geral de Proteção de Dados:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Para veiculação direta, inclusão de pessoas em grupos e em listas de transmissão, é necessário ter a autorização prévia do usuário, conforme LGPD. <p><u>Divulgação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Postagens periódicas sobre atividades e resultados do Programa, assuntos relevantes e de interesse dos públicos relacionados aos temas do Programa. Divulgação dos conteúdos do site e redes sociais.

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas
	<p>Posts no feed, stories, mensagens diretas e listas de transmissão.</p> <p>Será avaliada a divulgação por meio de canal no Telegram.</p>	<p><u>Mobilização:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Veiculação de campanhas para mobilização das partes interessadas para participação nas decisões e atividades; - Mobilização direta via grupos, listas e mensagens individuais; - Avaliar a possibilidade de realizar a promoção de posts para determinados públicos, selecionados por região geográfica e perfil, para divulgação das atividades que demandam participação e envolvimento das partes. <p><u>Comunicação direta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; - Devolutivas após análise. <p><u>Monitoramento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento da opinião pública sobre o Programa.
<p>Redes Sociais - Youtube</p>	<p>-</p>	<p><u>Divulgação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Vídeos institucionais sobre o Programa, sobre as atividades dos subcomponentes, sobre monitoramento das atividades e avaliação de resultados; - Utilizar depoimentos de beneficiários, com técnicas como <i>storytelling</i>. <p><u>Comunicação direta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; - Devolutivas após análise. <p><u>Monitoramento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento da opinião pública sobre o Programa.

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas
E-mail	<p>aguasepaisagem2@seama.es.gov.br</p> <p>Endereço oficial do Programa e E-mails das equipes envolvidas</p>	<p><u>Divulgação, mobilização e comunicação direta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Comunicação com os pontos focais e outras partes interessadas sobre atividades específicas, momentos de participação e informações gerais sobre o Programa; - As estratégias de comunicação e envolvimento também ocorrerão pelos e-mails individuais da equipe do projeto, para momentos e assuntos específicos; - Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; - Devolutivas após análise.
Telefone	<p>(27) 99278-2076</p> <p>Canal oficial do Programa</p>	<p><u>Comunicação direta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; - Devolutivas após análise; - Comunicação com os pontos focais e outras partes interessadas sobre atividades específicas, momentos de participação e informações gerais sobre o Programa.
Formulário eletrônico	<p>https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSenj4mvgN9s3aAVXU4vokPpXHGLtwI41jd-3ibF2hu6qgbtyO/closedform</p>	<p><u>Comunicação direta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Recebimento de manifestações, críticas, opiniões, elogios e sugestões; - Devolutivas após análise.
Reuniões de gestão	<p>Ambiente virtual previamente divulgado entre convidados e/ou Presencial em local a ser acordado</p>	<p><u>Comunicação direta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas da Unidade de Gerenciamento do Programa e da equipe gestora; - Reuniões periódicas de gestão e execução, a serem realizadas entre as equipes dos subcomponentes e demais órgãos e organizações de apoio envolvidos.

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas
Materiais de planejamento e registro	Circulação restrita por e-mail, somente entre destinatários específicos	<p><u>Comunicação direta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Circulação restrita de materiais de planejamento e registro das atividades em atas, relatórios, mensagens eletrônicas etc.
Relatórios e <i>dashboards</i>	Divulgação nos diversos canais do Programa, a depender do material	<p><u>Divulgação e comunicação direta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação do Programa; - Estudos e relatórios de atividades.
Eventos	Ambiente virtual previamente divulgado e/ou Presencial em local a ser acordado	<p><u>Divulgação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Lançamento e divulgação de etapas do Programa; - Apresentação de resultados; <p><u>Mobilização:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Eventos de capacitação e construção participativa, em determinadas fases do projeto; - Mobilização para participação no Programa; <p><u>Comunicação direta e mobilização:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; - Devolutivas após análise; <p><u>Monitoramento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento da opinião pública sobre o Programa.

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas
Consulta pública	No site do Programa e em reuniões públicas	<p><u>Divulgação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Informações gerais sobre o Programa, seus subcomponentes e parcerias; - Notícias e informações sobre as atividades; - Dados de monitoramento do andamento do Programa e avaliação de resultados. <p><u>Comunicação direta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Consulta sobre documentos e planos específicos do Programa, tais como Marco de Gestão Ambiental e Social, Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, Marco da Política de Reassentamento etc.; - Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; - Devolutivas após análise. <p><u>Monitoramento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento da opinião pública sobre o Programa.
Diálogo direto	Comunicação face-a-face pela equipe do Programa e organizações parceiras	<p><u>Mobilização e Comunicação direta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Mobilização e diálogo direto com as partes interessadas, por meio das equipes de execução, nas diversas fases; - Parceria com as redes de proteção e assistência social dos municípios que receberão ações do Programa e alinhamento para que as equipes de campo possam trabalhar como difusoras das mensagens direcionadas às partes interessadas.
Palestra	Presencial ou em ambiente on-line, previamente divulgados	<p><u>Comunicação direta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Palestras sobre características do Programa com o objetivo de mobilizar beneficiários, a serem ministradas pelos consultores habilitados, especialmente para execução do subcomponente 2.1.

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas
Comunicação dirigida	Cartilhas, cartazes, panfletos, quadros de aviso, dentre outros	<p><u>Comunicação direta:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ___Produção de materiais informativos e ações de comunicação específicos aos beneficiários e população diretamente afetada; - Alguns dos locais e equipes a serem utilizados para comunicações: Prefeituras Municipais, unidades locais do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, unidades do DER, Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), Comitês das Bacias Hidrográficas do Espírito Santo, demais componentes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Espírito Santo (Sigerh), centros comunitários, escritórios de parceiros locais, demais locais de alta circulação de pessoas do público interessado.
Assessoria de imprensa e Campanhas em Meios de Comunicação	Meios de comunicação regionais, locais e comunitários, impressos, digitais e rádio	<p><u>Divulgação e mobilização:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ___Veiculação de campanhas de divulgação em meios de comunicação regionais, locais e comunitários, - ___Envio de releases sobre as fases do Programa, concessão de entrevistas pelas lideranças e referências técnicas, assessoria de imprensa receptiva;
Imagens e vídeos do Programa	Fotógrafo profissional do Programa e imagens produzidas pela equipe e participantes das atividades	<p><u>Lei Geral de Proteção de Dados:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Necessário consentimento da pessoa que aparece na imagem, por meio de assinatura de instrumento de Autorização de Uso de Imagem, conforme LGPD; - ___Necessária autorização e divulgação dos créditos da pessoa que produziu a imagem. <p><u>Divulgação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - ___Utilização nos conteúdos dos canais de comunicação

4.3. AÇÕES DE ENVOLVIMENTO POR PARTE INTERESSADA

Quadro 3. Ações de envolvimento e ações específicas para grupos vulneráveis planejadas para o Programa Águas e Paisagem II, por categorias de partes interessadas

Ações de Envolvimento e Ações Específicas para Grupos Vulneráveis		
Parte Interessada	Ação de Envolvimento	Ação específica para grupos vulneráveis
População em geral do estado do Espírito Santo, especialmente a que reside nas proximidades das regiões atendidas	Consultas públicas, eventos, divulgação de informações sobre o Programa em site e redes sociais, veiculação na imprensa, cartaz, panfleto, comunicação dirigida	Comunicação especializada, com mensagens e formato adaptado a mulheres, jovens, idosos, trabalhadores rurais, realizada prioritariamente por meio de comunicação dirigida, ou seja, contato personalizado, folder, áudio, vídeo, cartaz, site e redes sociais, reuniões públicas.
Pessoas com deficiência	Comunicação dirigida (específica ao público) feita de forma customizada, de acordo com o público identificado e o tipo de deficiência	Será realizada comunicação ampla em diversos formatos (áudio, vídeo, escrita) e também a comunicação dirigida/direcionada (específica) para pessoas com deficiência, com mensagens e formato adaptado, à medida que forem identificadas dentro do público-alvo de ações determinadas, por meio de mensagens e peças customizadas a esses públicos, tais como comunicação face-a-face, vídeo, cartaz, áudio, podendo-se usar recursos como libras, Braille e audiodescrição, dentre outros.
Proprietários de terras elegíveis ao Programa Reflorestar (nova fase), entidades representativas e associações	Palestras a serem ministradas nas localidades pelos consultores credenciados. Divulgação pelas prefeituras. Veiculação em site e redes sociais. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.	Atuação em campo dos profissionais executores direcionada a proprietários em situação de vulnerabilidade econômica, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.

Ações de Envolvimento e Ações Específicas para Grupos Vulneráveis

Parte Interessada	Ação de Envolvimento	Ação específica para grupos vulneráveis
População e atividades econômicas da Bacia do Rio Itapemirim	Mobilização e diálogo direto por meio das equipes executoras. Divulgação pelas prefeituras. Veiculação em site e redes sociais. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.	Atuação em campo dos profissionais executores direcionada a proprietários em situação de vulnerabilidade econômica, mulheres e idosos e pessoas com deficiência.
População das proximidades das obras nos municípios críticos (Águia Branca, João Neiva, Ibirapu, Iconha, Alfredo Chaves)	Divulgação pelas prefeituras. Veiculação em site, redes sociais e imprensa. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.	Atuação das equipes de assistência social do município voltada a mulheres, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de pobreza, para difusão das informações sobre o projeto e mobilização para instâncias participativas
Pessoas que serão removidas ou cujo terreno será alvo de desapropriação nos municípios de Águia Branca, João Neiva e Ibirapu	As ações de engajamento e comunicação com os públicos-alvo de remoção e reassentamento estão descritas no Marco da Política de Reassentamento do Programa Águas e Paisagem II, documento produzido e divulgado pelo Estado do Espírito Santo². Serão realizados, por exemplo, mobilização e diálogo direto por meio das equipes executoras; materiais informativos específicos (ex.: cartilha, panfleto, cartaz); divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp, dentre outros.	Atuação de equipe de assistência social voltada a mulheres, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em situação de pobreza.

²<https://seama.es.gov.br/aguas-e-paisagem-2>

Ações de Envolvimento e Ações Específicas para Grupos Vulneráveis

Parte Interessada	Ação de Envolvimento	Ação específica para grupos vulneráveis
<p>Comitê Diretivo, Secretaria Executiva, Grupo de Trabalho Especial, Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), órgãos Executores do Programa Águas e Paisagem II (AGERH, Seama, DER, CEPDEC) e Banco Mundial (BIRD)</p>	<p>Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.</p>	<p>Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade e recursos de flexibilidade para lactantes</p>
<p>Órgãos e estruturas envolvidos na execução: BANDES, FUNDÁGUA, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, Secretaria de Estado de Agricultura, empresas de consultoria credenciadas no BANDES</p>	<p>Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.</p>	<p>Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade e recursos de flexibilidade para lactantes.</p>
<p>Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos: Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), AGERH, Comitês de Bacias Hidrográficas; as agências da bacia hidrográfica; representantes dos governos estaduais e municipais que trabalham com questões relacionadas à água</p>	<p>Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados, divulgação nos canais de comunicação do Programa e de organizações parceiras. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.</p>	<p>Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade e recursos de flexibilidade para lactantes.</p>
<p>Órgãos e estruturas envolvidos como apoio: Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Estado de Controle e Transparência, Instituto Jones dos Santos Neves</p>	<p>Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados, divulgação nos canais de comunicação do Programa e de organizações parceiras. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.</p>	<p>Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade e recursos de flexibilidade para lactantes.</p>

Ações de Envolvimento e Ações Específicas para Grupos Vulneráveis

Parte Interessada	Ação de Envolvimento	Ação específica para grupos vulneráveis
<p>Prefeituras dos municípios da área de abrangência do Programa Reflorestar</p>	<p>Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados, divulgação nos canais de comunicação do Programa e de organizações parceiras. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.</p>	<p>Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade e recursos de flexibilidade para lactantes.</p>
<p>Órgãos de licenciamento ambiental: Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), AGERH</p>	<p>Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados, divulgação nos canais de comunicação do Programa e de organizações parceiras.</p>	<p>Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade e recursos de flexibilidade para lactantes.</p>
<p>Órgãos de decisão participativos e comitês locais existentes: Comitês de Bacia Hidrográfica, Comitês Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e comitês de resposta a desastres baseados na comunidade</p>	<p>Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados, divulgação nos canais de comunicação do Programa e de organizações parceiras. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.</p>	<p>Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade e recursos de flexibilidade para lactantes.</p>
<p>Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), também por meio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB)</p>	<p>Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados, divulgação nos canais de comunicação do Programa e de organizações parceiras</p>	<p>Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade e recursos de flexibilidade para lactantes.</p>

Ações de Envolvimento e Ações Específicas para Grupos Vulneráveis

Parte Interessada	Ação de Envolvimento	Ação específica para grupos vulneráveis
EMBRAPA, EMATER, Centros de Pesquisa, Academia, Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH)	Relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados, divulgação nos canais de comunicação do Programa e de organizações parceiras	Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade.

Versão Pós-Consulta Pública

5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES

Para a implementação de atividades de engajamento das partes interessadas, é prevista a seguinte estrutura de responsabilidades e gestão de recursos.

5.1. RECURSOS

A SEAMA será a responsável pela coordenação e execução das atividades institucionais de envolvimento das partes interessadas. O orçamento do PEPI será incluído no Componente 4 – Gestão e Supervisão.

As atividades de envolvimento de responsabilidade dos subcomponentes e parceiros serão executadas pelas respectivas equipes.

5.2. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DE GESTÃO

A SEAMA fará a gestão geral das atividades e dos recursos destinados ao Programa, com apoio e diretrizes do Comitê Diretivo, atendendo aos requisitos fiduciários e de salvaguardas do Banco Mundial.

5.2.1. SOBRE A SEAMA

A SEAMA, órgão da administração direta do Governo do Estado e gestora das políticas públicas de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, é responsável pelo gerenciamento das ferramentas que propiciam a melhora das condições ambientais e o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.

Criada pela Lei nº 4.126 de 1988 como Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente, em 2002 passou a ser denominada Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos por meio da Lei Complementar nº 248 de 2002.

Entre suas atribuições estão: apoiar a elaboração de pesquisas, estudos científicos e projetos para a definição de padrões de lançamentos de efluentes líquidos, resíduos sólidos, recursos hídricos, poluição, solos, entre outros parâmetros para o controle das atividades potencialmente poluidoras e degradadoras.

5.2.2. SOBRE O GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL

O Grupo de Trabalho Especial (GTE) de preparação do Programa de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas do Espírito Santo – Programa Águas e Paisagem II foi instituído pela Resolução nº 36/2021 para atuar como ponto focal para as tratativas com a equipe do Banco Mundial e na articulação transversal com as instituições envolvidas e/ou aquelas que venham ser necessárias para a execução dos trabalhos.

O GTE tem como prioridade aos trabalhos de elaboração dos instrumentos de gestão de riscos ambientais e sociais do Programa Águas e Paisagem II, incluindo o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, conforme normas aplicáveis do Banco Mundial.

5.2.3. MONITORAMENTO DO PEPI

A SEAMA designou uma função especificamente responsável pela implementação e monitoramento da execução do PEPI, compondo a equipe mínima inicial da UGP para a gestão ambiental e social do Projeto. A função é atualmente ocupada pelo Engenheiro Ambiental Cassio Faé, atualmente Analista do Executivo do Estado do Espírito Santo, com o apoio das UIPs sobre temas voltados a Gestão Ambiental Social e áreas correlatas.

6. MECANISMO DE ATENDIMENTO A RECLAMAÇÕES

A gestão adequada das queixas relacionadas ao projeto é um dos pilares de sustentação do presente Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI). Para a implementação de atividades de atendimento e gestão de reclamações, serão realizadas as atividades que se seguem.

O principal objetivo do Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR) é registrar, responder e resolver queixas e reclamações de maneira oportuna, eficaz e eficiente e que satisfaça todas as partes envolvidas. Neste sentido, deve proporcionar o recebimento de reclamações de pessoas que possam ser afetadas por intervenções específicas do Programa e, também, atender às preocupações do público sobre o desempenho ambiental e social. Em suma, o mecanismo deve proporcionar às pessoas que temem ou sofrem impactos adversos a oportunidade de serem ouvidas e atendidas.

O Programa Águas e Paisagem II estabeleceu um Mecanismo de Atendimento a Reclamações, em linha com as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial e adequado aos públicos potencialmente afetados pelo Programa e partes interessadas.

A SEAMA estará em constante coordenação com os especialistas em gestão social e ambiental do Banco Mundial para garantir o cumprimento do Marco de Gestão Ambiental e Social (proteção de pessoas e do meio ambiente em Projetos de Investimento de Banco Mundial), com o qual serão acompanhados os casos, de acordo com os procedimentos acordados e contratuais.

Por meio desse mecanismo, pretende-se receber essas preocupações ou afetações e analisá-las para chegar a um acordo mútuo para a resolução das reclamações, sempre buscando uma solução transparente e adequada para as partes interessadas. A existência de mecanismos como esse, como um componente integral de uma consulta mais ampla à comunidade, contribui para o estabelecimento de relações de confiança e cooperação e facilita as ações corretivas.

6.1. PUBLICIZAÇÃO

O mecanismo de queixas será divulgado no site da SEAMA, em espaço próprio do Programa, contendo as instruções e informações para que as partes interessadas possam acessá-lo.

As queixas e manifestações são publicadas no site do Programa, preservando a identidade do autor. Caso seja de desejo do reclamante, também o conteúdo de queixa ou demanda poderá ser mantido em sigilo.

6.2. DESCRIÇÃO DO MECANISMO DE ATENDIMENTO

Qualquer pessoa pode realizar queixas e denúncias relativas ao Programa, seja relacionada com questões técnicas, administrativas, impactos sociais, culturais ou ambientais ou ainda as decisões de concessão de subvenções, ou sobre a representação da Unidade de Gerenciamento do Programa, ou a atuação das organizações executoras, violações de direitos, violência ou outro tema relativo às atividades do projeto.

O mecanismo de queixas do Programa estará baseado nos canais da Ouvidoria-Geral do Estado do Espírito Santo e canais de atendimento da SEAMA, a seguir descritos.

O mecanismo de recebimento de queixas será divulgado no site do Programa, dentro do portal da SEAMA, contendo todas as informações, canais e instruções para que a parte interessada possa deixar sua manifestação. Também o site da Ouvidoria divulga todos os canais e procedimentos para recebimento e acompanhamento das queixas e manifestações.

Para denúncias anônimas, a pessoa poderá optar pelo telefone ou pelos canais da Ouvidoria do Estado. Será fornecido número do protocolo, com o qual a pessoa poderá buscar o resultado de sua manifestação.

As queixas, reclamações, denúncias e solicitações de reparações de danos poderão ser realizadas, a qualquer tempo, pelos canais a seguir.

Quadro 4. Canais de Recebimento de Reclamações

Mecanismo de Recebimento	Canal
Ouvidoria do Estado do Espírito Santo Telefone	0800 022 11 17

Mecanismo de Recebimento	Canal
Ouvidoria do Estado do Espírito Santo e-mail	ouvidoria@es.gov.br
Ouvidoria do Estado do Espírito Santo Formulário eletrônico	https://e-ouv.es.gov.br/
Ouvidoria do Estado do Espírito Santo Atendimento Presencial de 10h às 17h	Rua Dr. João Carlos de Souza, 107 - Barro Vermelho - CEP: 29057-530 - Vitória / ES
Canais da SEAMA Site do Programa, dentro do portal da SEAMA	https://seama.es.gov.br/aguas-e-paisagem-2
Canais da SEAMA E-mail	aguasepaisagem2@seama.es.gov.br
Canais da SEAMA Telefone	(27) 99278-2076 Horário de atendimento: de 2ª a 6ª-feira, das 8h00 às 17h00
Canais da SEAMA Na sede da SEAMA, presencialmente	Endereço: Rua Dr. João Carlos de Souza, 107 - Barro Vermelho. Vitória / ES :CEP: 29057-530 - Tel.: (27) 99278-2076
Canais da SEAMA Via postal	Endereço: Rua Dr. João Carlos de Souza, 107 - Barro Vermelho. Vitória / ES :CEP: 29057-530 - Tel.: (27) 99278-2076

Mecanismo de Apelação: todas as queixas recebidas pelos canais de atendimento da SEAMA são obrigatoriamente comunicadas à Ouvidoria Geral do Estado do Espírito Santo, que as registra e realiza o monitoramento das resoluções. Em casos de insatisfação por parte do manifestante em relação à resposta da SEAMA, a Ouvidoria Geral do Estado do Espírito Santo age em busca de resolução que se considere mais adequada.

Quadro 4.1 Canais de Recebimento de Reclamações DER

Mecanismo de Recebimento	Canal
Canal BIRD - DER-ES	canalbird@der.es.gov.br
Gerência de Articulação e Desapropriações - GEARD	desapropriacao@der.es.gov.br (27) 3636-4419
Ouvidoria Interna do DER-ES	(27) 3636-4406 ouvidoria@der.es.gov.br

Ouvidoria Geral do Estado - Sugestões, Reclamações e Denúncias	0800-022-1117 ouvidoria@es.gov.br O site da Ouvidoria do Estado disponibiliza um canal on line para registro e acompanhamento das manifestações.
DER-ES (SEDE)	Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1501 - Ilha de Santa Maria Vitória-ES - CEP: 29.051-015 Telefone: (27) 3636-4401 Email: der@der.es.gov.br
Horário de Atendimento	Horário de atendimento: 8h às 12h / 13h30 às 17h30

6.3. GRUPOS VULNERÁVEIS

O MAR incluirá também procedimentos especiais registrar e responder a preocupações ou queixas relacionadas assédios (sexual, moral) e violência baseada em gênero (VBC) ou contra crianças e idosos (exploração, abuso, agressão, entre outros), sejam oriundas de trabalhadores e trabalhadoras do projeto ou de comunidades beneficiárias.

As denúncias e demandas relacionadas à violência baseada no gênero (VBC) ou contra crianças e idosos serão encaminhadas aos serviços de proteção social e assistência nas localidades de ocorrência. Para possibilitar este processo de encaminhamento deste tipo de reclamações, a equipe responsável manterá uma lista atualizada desses serviços.

Os responsáveis deverão garantir que a confidencialidade sobre os casos de denúncia contra violação de direitos seja estritamente protegida. Os editais de licitação e outras aquisições relativas ao Programa deverão incluir penalidades e recursos a serem adotados em casos de assédio, violência baseada em gênero, contra crianças e idosos, de acordo com a legislação nacional.

6.4. PROCESSO DE GESTÃO E MONITORAMENTO

Todas as ocorrências serão registradas, recebidas e acompanhadas pelo ponto focal do Programa, designado para este fim, sob responsabilidade

da SEAMA. Será instituído um procedimento de monitoramento, encaminhamentos e prazos relacionados ao registro e resolução das queixas e reclamações.

6.4.1. PRAZO DE RESPOSTA

O prazo de resposta é de trinta dias corridos, por escrito, ao autor da queixa ou denúncia, detalhando os próximos passos a serem tomados, incluindo a transferência para uma autoridade superior, quando apropriado.

6.4.2. VERIFICAÇÃO

Será verificada a fidedignidade das queixas e denúncias, podendo ser acionada, quando necessário, uma Auditoria para apuração.

6.4.3. GESTÃO

As queixas, reclamações, denúncias e demais manifestações serão registradas pelo Programa, em instrumento a ser especificamente desenvolvido para este fim, com as respectivas informações, data de registro e encaminhamentos. Será constituída uma base de dados para consulta e gerenciamento das manifestações e encaminhamentos.

O canal da Ouvidoria permite o acompanhamento pelo reclamante sobre sua manifestação postada, através do <https://e-ouv.es.gov.br/>.

6.5. MECANISMOS DE RECLAMAÇÃO DO BANCO MUNDIAL

Comunidades e indivíduos que acreditam que são adversamente afetados por um projeto apoiado pelo Banco Mundial (BM) podem enviar reclamações aos mecanismos existentes de reparação de reclamações em nível de projeto ou ao Serviço de Reparação de Reclamações do Banco Mundial (GRS). O GRS garante que as reclamações recebidas sejam prontamente analisadas a fim de abordar as preocupações relacionadas ao projeto.

Para obter informações sobre como enviar reclamações ao Serviço de Reparação de Reclamações (GRS) corporativo do Banco Mundial, visite <http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/grievance-redress-service>.

As comunidades e indivíduos afetados pelo projeto podem apresentar sua reclamação ao Painel de Inspeção independente do Banco Mundial, que determina se o dano ocorreu, ou pode ocorrer, como resultado do não cumprimento do Banco Mundial com suas políticas e procedimentos. As reclamações podem ser apresentadas a qualquer momento após as preocupações terem sido trazidas diretamente à atenção do Banco Mundial e a Gerência do Banco ter tido a oportunidade de responder.

Para obter informações sobre como enviar reclamações ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, visite www.inspectionpanel.org.

Versão Pós-Consulta Pública

7. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E RELATÓRIOS

O Programa Águas e Paisagem II prevê em seu Componente 4 – Gestão do Programa a estruturação das iniciativas de monitoramento e avaliação da execução. Dentre essas iniciativas estará a de monitorar o andamento e avaliar os resultados da implementação do PEPI.

7.1. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Com base nas informações de monitoramento e avaliação, o PEPI será periodicamente revisado e atualizado conforme necessário no curso da implementação do projeto, a fim de garantir que as informações apresentadas sejam consistentes e atualizadas, e que os métodos de engajamento identificados permaneçam apropriados e eficazes em relação ao contexto do projeto e as fases específicas do desenvolvimento. Além disso, quaisquer mudanças importantes nas atividades relacionadas ao projeto e em seu cronograma serão devidamente refletidas no PEPI.

7.2. PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

Dentro do processo de monitoramento e avaliação do Programa, as partes interessadas serão ouvidas, por meio de coletas de dados primários como entrevistas, questionários, observação, entre outros. Além disso, suas manifestações formais por meio dos canais de queixas e reclamações serão consideradas para os esforços de monitoramento e avaliação do projeto.

A coordenação do Programa também coletará junto às equipes dos subcomponentes dados para avaliação constante da implementação, resultados, gestão e percepção das pessoas afetadas. Para isso, diferentes estratégias poderão ser utilizadas, tais como uso de formulários eletrônicos, WhatsApp, e-mail e outros meios de comunicação, realização de avaliações durante e após encontros, capacitações, condução de grupos focais e outras metodologias, incluindo o apoio dos pontos focais, para que haja ampla participação nesse processo.

7.3. INDICADORES

Os indicadores de monitoramento e avaliação do Programa serão desenvolvidos para aferir, sistematicamente, os resultados obtidos em termos do atendimento das demandas das comunidades e as opiniões dos beneficiários diretos, incluindo a avaliação do PEPI, dentre outros fatores. Os indicadores ainda serão desenvolvidos ao longo da elaboração do Projeto. A seguir, alguns exemplos de indicadores de satisfação dos usuários em relação ao PEPI:

- Proporção de beneficiários de subcomponentes satisfeitos com a divulgação das atividades e etapas do Programa;
- Proporção de participantes satisfeitos com os eventos e palestras;
- Taxa de reclamações e solicitações de informações devidamente respondidas e relatadas.

Estes indicadores serão medidos e reportados semestralmente por meio de Relatórios de Progresso, incluindo dados desagregados por grupos específicos e vulneráveis.

7.4. RELATÓRIOS

Relatórios semestrais serão preparados pela equipe da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) sobre a implementação das atividades previstas no PEPI. Os relatórios conterão informações sobre as atividades de divulgação de informações e engajamento de partes interessadas, número e o teor das interlocuções realizadas por meio de todos os canais especificados neste documento.

7.4.1. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO ÀS PARTES INTERESSADAS

As partes interessadas serão mantidas informadas à medida que o Programa se desenvolve, incluindo informações sobre o desempenho social e ambiental, a implementação do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, a operação do mecanismo de queixas e os resultados das manifestações recebidas.

Os relatórios semestrais com as informações sobre as atividades de envolvimento realizadas serão divulgados às partes interessadas e à população em geral por meio dos canais de comunicação do Programa.

8. ORÇAMENTO E CRONOGRAMA

O engajamento das Partes Interessadas ocorrerá ao longo de todo o projeto, desde sua concepção, preparação até a execução e avaliação. Será gerenciada na Unidade de Gestão do Programa e executada juntamente das atividades de cada Componente de execução. O cronograma e orçamento refletem tal característica.

8.1. ORÇAMENTO

A verba destinada para execução das ações de Engajamento das Partes Interessadas encontra-se no 'Componente 4 - Gerenciamento e Supervisão' e em cada um dos demais componentes, que são também responsáveis por atividades de execução e de engajamento que estão imbricadas, ou seja, fazem parte das atividades do próprio componente ou serão executadas de forma conjunta, em um mesmo esforço.

Dada a natureza diversificada e capilarizada das ações de engajamento, cada componente de execução também trará ações dessa natureza, imbricadas nas atividades cotidianas, tais como execução de reuniões, consultas, momentos participativos, elaboração de peças informativas e a própria ação dos profissionais em campo, quando pertinente, dentre outros.

O orçamento a seguir lista percentuais das verbas destinadas às atividades e profissionais responsáveis pelas ações do Plano de Envolvimento Engajamento das Partes Interessadas.

O orçamento e cronograma apresentados representam uma estimativa geral em versão preliminar, com base nas informações da fase final de preparação do Programa, nas experiências do Programa Águas e Paisagem I e nas exigências das Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial. Após aprovado o projeto, o planejamento será refinado, momento em que cronograma e orçamento também serão detalhados.

8.2. CRONOGRAMA

As atividades serão executadas juntamente das ações de cada componente do Programa, ao longo de todo o projeto. A tabela a seguir apresenta o orçamento e cronograma das ações.

Tabela 1. Orçamento e Cronograma – somente componentes com ações do PEPI

Itens	Descrição	ATIVIDADE DO PEPI	EXECUTOR	Prazo Previsto para Execução			Custo Total Estimado (US\$)	Percentual Estimado para PEPI	Verba PEPI (US\$)
				Total	Início	Conclusão			
Componente 1 - Capacitação do Estado para a segurança hídrica em um contexto de mudanças climáticas							15,516,000.00		3,625.00
Subcomponente 1.1. Fortalecimento da capacidade de Gestão de Recursos Hídricos (GRH).			AGERH				7,426,000.00		300.00
1.	Conclusão da Análise Institucional da AGERH e implementação de ações prioritárias	Análise institucional e proposições (capacidade de executar ações listadas no PEPI)	AGERH	1 ano	2023	2023	300,000.00	0.10%	300.00
Subcomponente 1.2. Fortalecimento da capacidade de gestão de risco de desastres			CEPDEC				8,090,000.00		3,325.00
3.	Implantação do Centro Especializado em Resposta a Desastres - CERD		CEPDEC				-	-	-
3.1	Construção do CERD (Turnkey)	Ações de comunicação com a população e sinalização relativas às obras	CEPDEC	3 anos	2023	2027	4,450,000.00	0.05%	2,225.00
3.2	Serviços de supervisão do CERD	Ações de participação social e sensibilização	CEPDEC	3 anos	2023	2027	110,000.00	1.00%	1,100.00
Componente 2 - Demonstrando abordagens integradas de segurança hídrica em bacias chave							30,859,000.00		
Subcomponente 2.1. . PSA para melhoria da cobertura florestal e do uso do solo			SEAMA				16,740,000.00		31,820.00

11.	Serviços de gráfica e papelaria	Comunicação com partes interessadas	SEAMA	1 ano	2023	2024	30,000.00	100%	30,000.00
13.	Apoio técnico-operacional de gerenciamento do Programa Reflorestar	Apoio nas ações de engajamento com partes interessadas	SEAMA	5 anos	2023	2028	910,000.00	0.20%	1,820.00
Subcomponente 2.2. Gestão de inundações e secas em bacias hidrográficas prioritárias							14,119,000.00		93,880.00
2.5	Campanhas de comunicação e capacitação para populações sobre eventos de inundações	Comunicação com partes interessadas	AGERH	1 ano	2027	2027	200,000.00	10%	20,000.00
3.1	Apoio às Coordenadorias Municipais de Defesa Civil para elaboração de plano de contingência para áreas de atenção	Relacionamento institucional e engajamento de atores institucionais	CEPDEC	1 ano	2024	2025	30,000.00	0.6%	180.00
3.2	Cadastramento de moradores nas áreas de atenção, com destaque para identificação de gênero e pessoas em situação de vulnerabilidade.	Divulgação prévia da atividade	CEPDEC	1 ano	2024	2025	40,000.00	0.4%	160.00
3.3	Desenvolvimento/contratação de sistema para emissão de alerta SMS a grupos seletivos de população em áreas de atenção.	Comunicação com partes interessadas	CEPDEC	1 ano	2024	2025	40,000.00	10%	4,000.00
3.4	Marketing digital especializada na criação e divulgação de conteúdos para população residente em áreas de atenção.	Comunicação com partes interessadas	CEPDEC	1 ano	2025	2026	50,000.00	100%	50,000.00
4.	Intervenções de infraestrutura verde e cinza no contexto do Plano de gestão de riscos de inundação da bacia do rio Itapemirim	Ações de engajamento e comunicação com partes interessadas	SEAMA	3 anos	2026	2029	9,470,000.00	0.20%	18,940.00

6.	Implementação de plano de uso racional de água no meio rural e urbano nas bacias Santa Maria do Doce, Santa Joana e Pontões e Lagoas e Barra Seca e Foz e município de São Roque do Canaã	Ações de engajamento e comunicação com partes interessadas	AGERH	2 anos	2025	2027	100,000.00	0.60%	600.00
Componente 3 - Apoio a medidas para redução de riscos de inundação em municípios críticos			DER				60,910,000.00		12,542.00
1.	Projeto e obra de contenção de cheias no município de Ibirajú	Ações de comunicação, engajamento e sinalização relativas às obras	DER	2 anos e meio	2023	2025	23,910,000.00	0.02%	4,782.00
2.	Projeto e obra de contenção de cheias no município de João Neiva	Ações de comunicação, engajamento e sinalização relativas às obras	DER	2 anos	2023	2024	12,800,000.00	0.02%	2,560.00
3.	Projeto e obra de contenção de cheias no município de Água Branca	Ações de comunicação, engajamento e sinalização relativas às obras	DER	1 ano e meio	2023	2024	9,200,000.00	0.02%	1,840.00
5.	Projetos e Intervenções de infraestrutura verde e cinza no contexto dos estudos das bacias do rio Benevente e Iconha (Municípios de Alfredo Chaves e Iconha)	Ações de comunicação e sinalização relativas às obras	DER	2 anos e meio	2026	2028	12,400,000.00	0.02%	2,480.00
6.	Supervisão das obras de contenção de cheias	Ações de participação social e sensibilização	DER	3 anos	2023	2025	2,200,000.00	0.04%	880.00
Componente 4 - Gestão do Programa			SEAMA				6,635,750.00		283,587.50

1.	Apoio Técnico-Operacional (Gerenciamento)	Profissional para condução das ações do PEPI	SEAMA	5 anos e meio	2023	2029	3,358,750.00	1.00%	33,587.50
2.1	- Prestação de serviços para publicações em jornal de circulação nacional e de maior circulação local	Comunicação com partes interessadas	SEAMA	5 anos	2023	2029	150,000.00	100%	150,000.00
2.2	- Prestação de serviços para publicações no DIO-ES	Comunicação com partes interessadas	SEAMA	5 anos	2023	2029	100,000.00	100%	100,000.00
TOTAL							114,708,000		425,454.50

ANEXO I

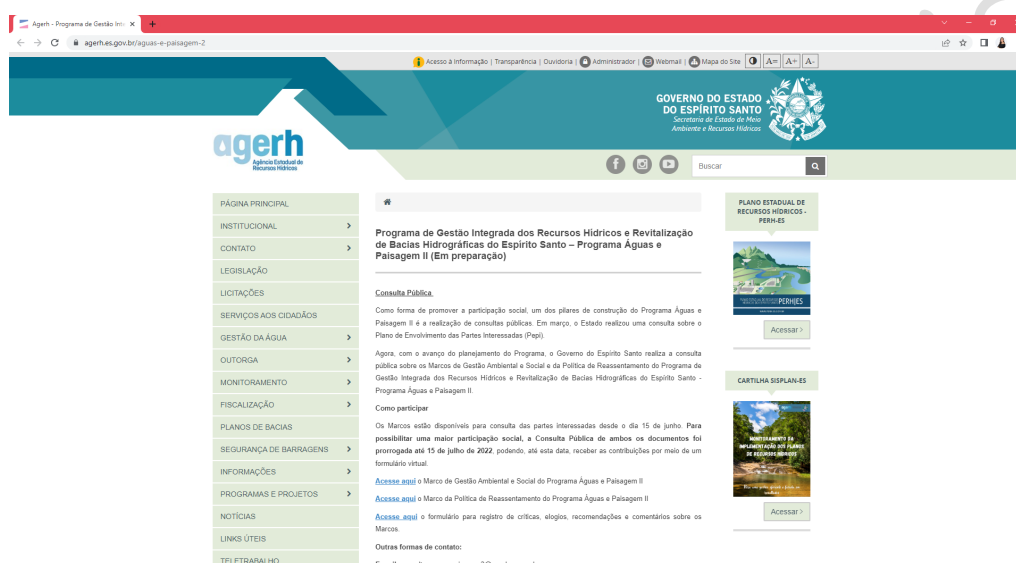
REGISTRO DA CONSULTA PÚBLICA

CONSULTA PÚBLICA

DIVULGAÇÃO VIA INTERNET

Foi criada uma página, no Site oficial da AGERH, com chamamento para a Consulta Pública, bem como para a disponibilização de materiais e documentos produzidos sobre o Programa Águas e Paisagem II.

Figura 1. Página de Internet sobre o Programa Águas e Paisagem II



No site <https://agerh.es.gov.br/Tags/sigerh> foram disponibilizadas as seguintes informações:

- Release do Programa Águas e Paisagem II;
- Acesse ao Formulário da consulta:
<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSenj4mvgN9s3aAVXU4vokPpXHGLtwl41jd-3ibF2hu6qgbtyQ/closedform>
- O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas – PEPI;
- Documentos para download.

CONSULTA PÚBLICA

ENVIO DE CONVITES E MENSAGENS

Foram identificadas pessoas, órgãos públicos e privados, instituições, entidades representativas cujas atuações foram consideradas importantes para o processo de Consulta e, conseqüentemente, para o aprimoramento da proposta. A lista das pessoas encontra-se na próxima seção deste documento.

A partir desta lista, foi montado um sistema de comunicação via e-mail com contatos que receberam convite para a Consulta. Ao todo, foram enviados mais de 300 convites. Além disso, foi utilizada outra rede social de apoio, o Instagram.

Figura 2. Exemplo de e-mail enviado convidando os sindicatos dos trabalhadores rurais para participarem da consulta

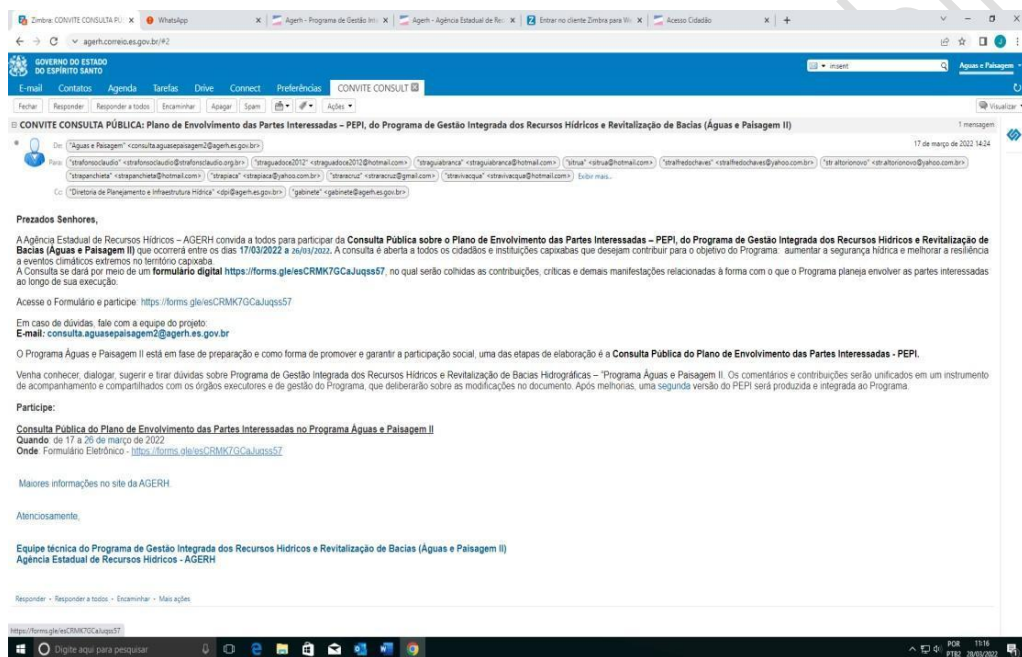


Figura 3. Chamamento feito pelo Instagram



Endereço do Instagram:

https://www.instagram.com/p/CbNOrjWvVav/?utm_medium=copy_link

Foram registradas mais de 1.250 contas atingidas e 54 visualizações na página disponibilizada no Instagram.

Figura 4. Alcance e visualizações no Instagram



Versão Pós-Consulta Pública

CONSULTA PÚBLICA

DESTINATÁRIOS

A seguir são listadas as instituições que receberam por e-mail a divulgação da Consulta Pública. Em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira, os nomes e contatos das pessoas foram suprimidos.

PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESPÍRITO SANTO

Afonso Claudio, Água Doce Do Norte, Água Doce Do Norte, Agua Branca, Alegre, Alfredo Chaves, Alto Rio Novo, Anchieta, Apiaca, Aracruz, Atílio Vivaqua, Baixo Guandu, Barra De São Francisco, Boa Esperança, Bom Jesus Do Norte, Brejetuba, Cachoeiro Do Itapemirim, Cariacica, Castelo, Colatina, Conceição Da Barra, Conceição Do Castelo, Divino São Lourenço, Domingos Martins, Dores Do Rio Preto, Ecoporanga, Fundão, Governador Lindemberg, Guaçuí, Guarapari, Ibatiba, Ibiraçu, Ibitirama, Iconha, Irupí, Itaguaçu, Itapemirim, Itarana, Iuna, Jaguaré, Jeronimo Monteiro, João Neiva, Laranja Da Terra, Linhares, Mantenópolis, Marataizes, Marechal Floriano, Marilândia, Mimoso Do Sul, Montanha, Mucurici, Muniz Freire, Muqui, Nova Venécia, Pancas, Pedro Canário, Pinheiros, Piuma, Ponto Belo, Presidente Kennedy, Rio Bananal, Rio Novo Do Sul, Santa Leopoldina, Santa Maria De Jetibá, Santa Tereza, São Domingos Do Norte, São Gabriel Da Palha, São José Do Calçaco, São Mateus, São Roque Do Canaã, Serra, Sooretama, Vargem Alta, Venda Nova Do Imigrante, Viana, Vila Pavão, Vila Valério, Vila Velha, Vitória

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Itaúnas, São Mateus, Barra Seca E Foz Do Rio Doce, Pontões E Lagoas Do Rio Doce, Guandu, Santa Joana (Desativado), Santa Maria Do Doce, Litoral Centro Norte, Santa Maria Da Vitória, Jucu, Benevente, Rio Novo, Itapemirim, Itabapoana.

FEDERAÇÕES

FETAES – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ES – 61 representantes

FAES – FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ES – 58 representantes

ÁGUA E ESGOTO

SAAE Alegre, SAAE Alfredo Chaves, SAAE Baixo Guandu, SAAE Governador Lindenberg, SAAE Guaçuí, SAAE Ibirapu, SAAE Ibitirama, SAAE Iconha ADM, SAAE Itaguaçu – ADM, SAAE Itarana, SAAE Jaguaré ADM, SAAE Jerônimo Monteiro, SAAE João Neiva, SAAE Marilândia, SAAE Mimoso do Sul, SAAE Rio Bananal, SAAE São Domingos do Norte, SAAE Sooretama, SAAE Vargem Alta, SANEAR, Saneamento Colatina

SERVIÇO PRIVADO ÁGUA E ESGOTO – BRK AMBIENTAL, Saneamento de Cachoeiro do Itapemirim

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA – Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Superintendente de Implementação de Planos, Programas e Projetos, Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos, Superintendente de Tecnologia da Informação, Superintendente de Gestão da Rede Hidrometeorológica, Superintendente de Operações e Eventos Críticos

ÓRGÃOS DO ESTADO

SEAMA – gabinete e mais 4 representantes

AGERH – gabinete e mais 14 representantes

IEMA – gabinete e mais 4 representantes

SEAG – secretário

INCAPER – gabinete e diretoria técnica

IDAF

SEDURB

CESAN – gabinete e mais 4 representantes

SETADES – gabinete

SECTIDES – gabinete

SESA – gabinete

BANDES – presidência e mais 2 representantes

SEP – gabinete e mais 3 representantes

SEG – – gabinete

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ES – CBMES

COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – gabinete e mais 4 representantes

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS – DER-ES – gabinete e mais 5 representantes

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJNSN – diretoria e mais 3 representantes

OUTRAS INSTITUIÇÕES

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

CONSORCIO RIO GUANDU

CAOA MPES

STATKRAFT (Energias Renováveis)

AMUNES

ASSOCIAÇÃO DOS IRRIGANTES ES

AGRICULTURA FORTE ES

UFES

IFES

CREA

FUNASA – ES

FINDES – Conselho de Infraestrutura e Energia

CEDAGRO – Centro de Desenvolvimento do Aguo Negócio

The Nature Conservancy Brasil,

WWF Brasil

AEFES, Associação de Engenheiros Florestais do ES

PACTO MATA ALTÂNTICA

CONSULTA PÚBLICA

COMENTÁRIOS E DEVOLUTIVAS

Ao todo, 12 pessoas se manifestaram durante o período da consulta, por meio do formulário disponível no site da AGERH. Os comentários foram analisados e incluídos ao PEPI, quando pertinentes. Todas as pessoas receberam respostas, conforme registrado no quadro que se segue.

Quadro 5. Contribuições recebidas na Consulta

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
3/17/2022 15:17:44	Rio Bananal	Prefeituras dos municípios da área de abrangência do Programa Reflorestar	Não sei	-	Gostaria que houvesse uma descentralização de ações onde as informações obtidas através dos relatórios fossem repassadas para os comitês de bacias e que juntamente com a AGERH fossem estipuladas metas de conservação de recursos hídricos em cada bacia, sendo essas metas estabelecidas gerenciadas pelos representantes denominados pela AGERH a acompanhar cada comitê de bacia.	4	-	O projeto prevê investimento em ações relacionadas à melhoria da governança e do aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de recursos hídricos. Essas ações serão descentralizadas e muitas delas envolve a participação dos Comitês das Bacias Hidrográficas os quais a AGERH vêm dando apoio para que eles funcionem em plenitude.
3/18/2022 7:47:48	Vitória	Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos: Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), Agerh, Comitês de Bacias	Sim		Priorizar a estruturação da Gerência de Gestão e Regulação da Agerh, pelo motivo de ser o setor responsável pela Outorga de Recursos Hídricos	4		A AGERH já vem fazendo essa priorização. A gestão atual vem dando prioridade ao atendimento das demandas da GERE com melhoria da estrutura e força de trabalho. No Projeto Águas e Paisagens II existe um conjunto de ações voltada para melhoria da Gerencia de Regulação e Gestão

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
		Hidrográficas; as agências da bacia hidrográfica; representantes dos governos estaduais e municipais que trabalham com questões relacionadas à água						
3/18/2022 9:13:42	Vitória	População em geral do estado do Espírito Santo, Órgãos de licenciamento ambiental: Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), Agerh	Sim		Sugiro que as etapas/ações do Plano sejam disponibilizada (mais transparência) no site da Agerh de forma que os outros órgãos e os cidadãos acompanhem o andamento.	3	Achei que faltou na pesquisa o link para as pessoas abrirem o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).	Prezado Sr. XXXX, Muito obrigado pela sua participação e pelas sugestões feitas. Retificando e complementando a resposta enviada, informamos que no site da AGERH, através do link https://agerh.es.gov.br/aguas-e-paisagem-2 , poderá acessar o Plano: Clique e conheça o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (Pepi). Outros documentos e etapas do Programa Águas e Paisagem II serão também informadas e disponibilizadas pela AGERH, de forma a permitir a transparência e as contribuições, conforme sugeriu. Permanecemos à disposição.

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
3/18/2022 9:42:39	Guarapari	BANDES, FUNDÁGUA, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, Secretaria de Estado de Agricultura, empresas de consultoria	Não sei	O documento não traz o termo "público prioritário". O que aparece no texto é a relação de partes interessadas (item 2.3). Com relação as partes interessadas	Em 2022, o BANDES completa 6 anos de atuação no Programa Reflorestar. Durante toda essa jornada foram muitos os avanços da equipe técnica do BANDES, desde a gestão da documentação e da equipe até o gerenciamento de dados. O pioneirismo do Reflorestar, em atender uma grande quantidade de produtores, trouxe um destaque especial para o BANDES, por sua	5	Sugestão. Incluir o BANDES na construção do programa, vista a grande experiência adquirida durante 6 anos a frente da operacionalização do Programa Reflorestar.	Prezado Sr. XXXX, Muito obrigado por sua participação e pelas observações e sugestões. Complementado a resposta enviada, e em atenção à sua observação sobre indivíduos e grupos desfavorecidos e vulneráveis, estes são referenciados em item específico do PEPI (item 2.4), dada à prioridade de inclusões no Programa. A respeito das suas observações sobre o Programa Reflorestar, temos a satisfação

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
		credenciadas no BANDES		<p>descritas no PEPI a minha resposta seria SIM, eu concordo com a relação. O documento traz também a relação de indivíduos e grupos desfavorecidos ou vulneráveis (item 2.4) e diz que as ações serão planejadas de forma a incluir essas pessoas, mas não fica claro se elas serão prioridades. Com relação a esse item minha resposta também seria SIM.</p>	<p>atuação técnica e financeira.</p> <p>No BANDES, toda a gestão da informação é feita de maneira semi automatizada, com uso de programações desenvolvidas dentro do banco. Já o Portal do programa passou, em 2021, por novas melhorias após a contratação de uma empresa de tecnologia (Licitação nº 825283). A princípio foram corrigidos alguns erros e desenvolvidas as ferramentas para o cadastro de novos produtores. Para 2022 a expectativa é uma reformulação do Portal do Programa, para, cada vez mais agregar eficiência e eficácia a gestão do programa. O aprimoramento dessa ferramenta é peça chave para o sucesso do programa.</p> <p>No BANDES o Programa Reflorestar se enquadra dentro do Mapa Estratégico da instituição. Dentro da missão, visão e negócio podemos sintetizar que o BANDES visa se manter um parceiro estratégico para o Estado na prestação de serviço com vistas a apoiar aos produtores rurais para desenvolverem atividades sustentáveis e preservarem partes estratégicas de suas propriedades, com o compromisso de desenvolvimento sustentável.</p> <p>Dessa forma o BANDES possui o compromisso de atender ao programa como parte de seus objetivos sociais, mas com o equilíbrio financeiro necessário para a sustentabilidade da instituição.</p> <p>Os instrumentos de apoio para a preservação ambiental, em âmbito nacional, têm se ampliado a cada ano.</p>			<p>de informar que é um dos subcomponentes do Programa Águas e Paisagem II, visando apoiar e expandir este importante Programa no nosso Estado. Na atual fase de preparação do Programa Águas e Paisagem II, tem a participação da SEAMA, que é sua coordenadora, através do Núcleo de Gerenciamento do Programa Reflorestar. O BANDES continuará a ser um importante parceiro e agente de execução do Programa Reflorestar. Permanecemos à disposição.</p>

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
					<p>Em janeiro de 2021 foi publicada a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº. 14.119), que traz grandes avanços, como por exemplo a isenção de imposto de renda para os prestadores de serviços ambientais.</p> <p>Já em 1º de outubro de 2021 foi publicado o Decreto nº. 10.828 que regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas. Esse instrumento ainda não tem aplicações práticas no Programa Reflorestar, mas traz novos horizontes para o pagamento de serviços ambientais.</p>			

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
3/18/2022 16:31:39	Cabedelo-PB	Proprietários de terras elegíveis ao Programa Reflorestar (nova fase), entidades representativas e associações, População e atividades econômicas da Bacia do Rio Itapemirim, População das proximidades das obras nos municípios críticos (Águia Branca, João Neiva, Ibirajá, Iconha, Alfredo Chaves), Pessoas que serão removidas ou cujo terreno será alvo de desapropriação nos municípios de Águia Branca, João Neiva e Ibirajá. Comitê Diretivo, Secretaria Executiva, Grupo de Trabalho Especial, Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), órgãos Executores do Programa Águas e Paisagem II (Agerh, Seama, DER, CEPDEC) e Banco Mundial (BIRD), BANDES, FUNDÁGUA, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, Secretaria de Estado de Agricultura, empresas de consultoria credenciadas no BANDES, Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos: Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), Agerh,	Sim		Inclusão dos usuários de água nas Partes Interessadas	5		Prezada Sra. XXXXX, Agradecemos sua contribuição ao Plano de Envolvimento das Partes Interessadas do Programa Águas e Paisagem II. Avaliamos sua sugestão e informamos que incluímos os usuários de água dentre as partes interessadas listadas. Eles já estavam contemplados nos Comitês de Bacias Hidrográficas, nos Sindicatos dos trabalhadores familiares e dos produtores rurais, na Associação dos Irrigantes e da Agricultura Forte do ES, na CESAN - Cia. Espírito Santense de Saneamento, nos SAAEs - Serviços Autônomos de Água e Esgoto, na empresa de saneamento de Cachoeiro do Itapemirim e também na FINDES - Federação das Indústrias do ES (Conselho de Infraestrutura e Energia). Foram também feitas consultas diretas a essas instituições. Para ficar mais claro,

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
		Comitês de Bacias Hidrográficas; as agências da bacia hidrográfica; representantes dos governos estaduais e municipais que trabalham com questões relacionadas à água, Prefeituras dos municípios da área de abrangência do Programa Reflorestar, Órgãos de licenciamento ambiental: Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), Agerh, Comitês de Bacia Hidrográfica, Comitês Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e comitês de resposta a desastres baseados na comunidade, EMBRAPA, EMATER, Centros de Pesquisa, Academia, Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH)						adotamos sua sugestão. Estamos à disposição,

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
3/21/2022 9:43:46	Marataizes	População em geral do estado do Espírito Santo	Sim	Sociedade Civil	Prezado; Gostaria de conhecer as propostas.	1	Gostaria de tomar ciência do mesmo.	As informações relativas ao Projeto Águas e Paisagens II encontram-se disponíveis no site da AGERH no link https://agerh.es.gov.br/aguas-e-paisagem-2
3/21/2022 16:42:10	Cachoeiro de Itapemirim - ES	População e atividades econômicas da Bacia do Rio Itapemirim	Sim		No momento, sem contribuições.	5		Prezada Sra. XXXXX, Muito obrigado por sua participação em nossa consulta pública e pela sua avaliação do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas - PEPI, do Programa Águas e Paisagem II. Permanecemos à disposição.

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
3/22/2022 11:55:31	Vitória-E S, Brasil	<p>População em geral do estado do Espírito Santo, Proprietários de terras elegíveis ao Programa Reflorestar (nova fase), entidades representativas e associações, População e atividades econômicas da Bacia do Rio Itapemirim, População das proximidades das obras nos municípios críticos (Águia Branca, João Neiva, Ibirapu, Iconha, Alfredo Chaves), Pessoas que serão removidas ou cujo terreno será alvo de desapropriação nos municípios de Águia Branca, João Neiva e Ibirapu, Comitê Diretivo, Secretaria Executiva, Grupo de Trabalho Especial, Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), órgãos Executores do Programa Águas e Paisagem II (Agerh, Seama, DER, CEPDEC) e Banco Mundial (BIRD), BANDES, FUNDÁGUA, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, Secretaria de Estado de Agricultura, empresas de consultoria credenciadas no BANDES, Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos: Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), Agerh, Comitês de Bacias Hidrográficas; as agências da bacia hidrográfica; representantes dos governos estaduais e municipais que trabalham com questões relacionadas à água, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Estado de Controle e Transparência, Instituto Jones dos Santos Neves, Prefeituras dos municípios da área de abrangência do Programa Reflorestar, Órgãos de licenciamento ambiental: Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), Agerh, Comitês de Bacia Hidrográfica, Comitês Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e comitês de resposta a desastres baseados na comunidade, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), também por meio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), EMBRAPA, EMATER, Centros de Pesquisa, Academia, Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH)</p>	Sim		Documento bastante completo. Sem observações	5		<p>Prezada Sra. XXXXX, Muito obrigado por sua participação em nossa consulta pública e pela sua avaliação do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas – PEPI, do Programa Águas e Paisagem II. Permanecemos à disposição.</p>

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
3/23/2022 14:08:57	Vitoria - ES	Comitê Diretivo, Secretaria Executiva, Grupo de Trabalho Especial, Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), órgãos Executores do Programa Águas e Paisagem II (Agerh, Seama, DER, CEPDEC) e Banco Mundial (BIRD)	Sim		Nada a acrescentar	5		Prezada Sra. XXXXX, Muito obrigado por sua participação em nossa consulta pública e pela sua avaliação do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas - PEPI do Programa Águas e Paisagem II. Permanecemos à disposição.

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
3/24/2022 14:40:45	Vila Velha	Órgãos de licenciamento ambiental: Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), Agerh, ABES-ES e ABRH-ES (associações recursos hídricos)	Não	Descrever as prefeituras que serão envolvidas: "população residente nos municípios da bacia do rio itapemirim (todos os municípios que fazem parte desta bacia), dos municípios de Ibirapuá, Águia Branca, João Neiva, Iconha, Alfredo Chaves". Colocar membros dos Comitês de Bacia dos municípios envolvidos (não apenas a diretoria).	Incluir item 6.4.1- Mecanismos de Reclamação locais: Queixas e reclamações serão encaminhadas para o e-mail : agerh pelo número 0800-xxxxxx e e-mail xxxx. Ítem 5 Recursos e Responsabilidades: A Educação Ambiental deverá ocorrer desde o início das atividades: mobilizando, esclarecendo, orientando e tirando dúvidas a todas as partes interessadas, de maneira contínua e transparente. Incluindo o atendimento às reclamações e queixas registradas. Ítem 4.3; Incluir SPOT em rádios comunitárias, em rádios comerciais Jornais e em programas de TV-Telejornais diários, Mídia televisiva Anúncios TV sobre o programa, reuniões (do governo) Ítem 5 A Lei Estadual de Recursos Hídricos prevê a competência e atribuições de uma Agência de	5		Prezada Sra. XXXXX, Agradecemos sua contribuição ao Plano de Envolvimento das Partes Interessadas do Programa Águas e Paisagem II. Avaliamos suas sugestões e informamos que fizemos modificações pertinentes ao Plano. Segue retorno sobre o que foi realizado: Comentário: "Descrever as prefeituras que serão envolvidas (...) Alfredo Chaves". Resposta: Incluimos as prefeituras, para deixar mais claro. Comentário: "Colocar membros dos Comitês de Bacia (...) a diretoria)". Resposta: Não havia menção a ser somente diretoria. Quando dizemos 'Comitês de Bacia', pressupõe-se todo o comitê, não somente a diretoria. Mesmo assim, para ficar mais claro, incluimos o termo 'diretoria e membros'. Comentário: "UFES, IFES e demais Faculdades ("academia") (...)" Resposta: Modificação realizada, agradecemos.

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
				<p>UFES, IFES e demais Faculdades ("academia"), e demais instituições de ensino e escolas locais.</p> <p>Gerência de Educação Ambiental-GEA (IEMA/SEAMA) pois trata-se de competência legal de atividades de educação ambiental estadual.</p> <p>INCAPER (núcleo de meteorologia) Defesa Civil Estadual e núcleos municipais da Defesa Civil (incluindo voluntários)</p>	<p>Bacia e dos Comitês de Bacia Hidrográfica, nas Bacias Hidrográficas sob sua gestão.</p> <p>A AGERH atua como Agência no ES, com atribuições dadas pela lei estadual de recursos hídricos. Os Comitês também. Assim como o Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos. Competências dadas pela Lei Federal e Estadual. Além disso existe a lei de criação da AGERH.</p> <p>E existe o grupo de trabalho especial-resolução 36/2021.</p> <p>Nas ações específicas para deficientes incluir: textos em Braille, usar língua de sinais (libras), e audiodescrição. Em todos os canais de divulgação. No rádio existe o canal no youtube para deficientes auditivos.</p> <p>Incluir uma seção para contribuições ao projeto, durante sua elaboração.</p> <p>OBS: revitalização de rios pode ter um conceito um pouco diferente do proposto no título do projeto, e incluir outras atividades, como: saneamento dos rios/córregos, limpeza de resíduos sólidos, mudança de atitudes e retorno da fauna e flora locais, além de restituição da mata ciliar e da vegetação ripária aos rios, plantar espécies de mata atlântica, diminuir o uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas, tratamento de efluentes industriais na bacia hidrográfica e destino correto dos efluentes da pecuária além de trabalhar com a população local o uso e a ocupação do solo e diminuir o uso da água na irrigação, fiscalização de outorgas ilegais na região, preservação das áreas de recarga dos aquíferos.</p>			<p>Comentário: "Gerência de Educação Ambiental-GEA (IEMA/SEAMA) (...)” Resposta: Modificação realizada, obrigada.</p> <p>Comentário: "Incluir item 6.4.1- Mecanismos de Reclamação locais (...)” Resposta: Os mecanismos de queixa e reclamação estão descritos como sugerido no item 6.2. O item 6.4.1. trata da forma com que o Programa irá responder a eles.</p> <p>Comentário: "Item 5 Recursos e Responsabilidades (...)” Resposta: A Educação Ambiental é realmente pertinente ao Programa e sua participação está inclusa dentro da estrutura da SEAMA. No que concerne ao Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, a Gerência de Educação Ambiental já foi inclusa entre as partes. A sugestão de dar papel mais claro à educação ambiental está sendo analisada pela coordenação do Programa.</p> <p>Comentário: "Item 4.3; Incluir SPOT em rádios comunitárias (...)” Resposta: Os itens já estavam contemplados na pág. 33. O título do tópico foi alterado para 'Assessoria de imprensa e Campanhas em Meios de Comunicação' de modo a ficar mais claro.</p> <p>Comentário: "Item 5 A Lei Estadual de Recursos Hídricos prevê a competência (...)” Resposta: O item 5 do PEPI se refere a recursos e responsabilidade. A AGERH será a responsável pela coordenação e execução das atividades institucionais de envolvimento das partes interessadas. É a responsável pela coordenação técnica do projeto nessa fase de preparação e deverá abrigar a UGP – Unidade Gerenciadora do Projeto, na futura fase de implementação. O grupo de trabalho especial – Resolução 036/2021, tem duração transitória e foi constituído para ser o ponto focal das instituições envolvidas nas atividades de preparação do novo projeto..</p>

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
3/25/2022 11:11:24	VILA VELHA-ES (mesma pergunta anterior)	Comitê Diretivo, Secretária Executiva, Grupo de Trabalho Especial, Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), órgãos Executores do Programa Águas e Paisagem II (Agerh, Seama, DER, CEPDEC) e Banco Mundial (BIRD)	Não	<p>COMO ESTÃO TRABALHANDO NO ÁGUAS E PAISAGENS II DEVERIAM INCLUIR AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELO PROGRAMA E TAMBÉM OS GESTORES E O CONSELHO GESTOR DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO.</p> <p>A GEA-GERENCIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO IEMA CONSIDERANDO O TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL A SER REALIZADO NAS BACIAS (COMPETÊNCIA DA LEI ESTADUAL E DA LEI DE CRIAÇÃO DA SEAMA E DO IEMA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DE RECURSOS HÍDRICOS).</p>	<p>NO ÍTEM PARTICIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DE CANAIS ACESSÍVEIS DE INTERLOCUÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS E COM A POPULAÇÃO EM GERAL:</p> <p>O documento deve esclarecer os canais de interlocução: seminários, workshops, grupos de whatsapps, videoconferências, teleconferências, lives, considerando a interlocução -fala e escuta online ou presencial.</p> <p>NO ÍTEM INCORPORAÇÃO CRÍTICA DAS MANIFESTAÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS SOBRE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES:</p> <p>O documento deve considerar a criação de um grupo no E-DOCs para a comissão de acompanhamento do referido projeto, sendo qualquer documento relativo a manifestações das partes interessadas anexado a este E-DOCs (cidadão), assim como possibilitando o acompanhamento do cidadão de sua manifestação e o anexo da resposta do grupo (comissão) de acompanhamento do projeto.</p> <p>NO ÍTEM ESPECIAL ATENÇÃO AOS INDIVÍDUOS E GRUPOS VULNERÁVEIS:</p> <p>O documento necessita esclarecer a estes grupos sobre as intervenções que irão ocorrer e para tal uma proposta de Educação Ambiental nas áreas de risco deverá ser realizada, um projeto de subsidie tais ações de orientação, acompanhamento, comunicação, informação, visitas in loco, transporte, deslocamentos, reassentamentos de vulneráveis sob condições críticas e sujeitas a intempéries nestas áreas.</p> <p>NO ÍTEM TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES ÀS PARTES INTERESSADAS:</p> <p>O documento deverá relatar que toda comunicação oficial deverá ser através de processo eletrônico E-DOCs (cidadão), encaminhado para o grupo/comissão responsável pelo desenvolvimento de ações de monitoramento do projeto. Um novo grupo a ser criado no E-DOCs (grupo/comissão). Onde o feedback será mais rápido, as consultas e análises também, possibilitando à população o acesso a sua manifestação assim como o trâmite interno mais rápido. Também um blog poderia ser</p>	4	<p>Comentário: "Nas ações específicas para deficientes (...)"</p> <p>Resposta: As ações já estavam contempladas de forma mais genérica e foram agora detalhadas no item 'Ações de Envolvimento e Ações Específicas para Grupos Vulneráveis'.</p> <p>Comentário: "Incluir uma seção para contribuições ao projeto (...)"</p> <p>Resposta: A sugestão está sendo analisada pela coordenação do Programa.</p> <p>Comentário: "COMO ESTÃO TRABALHANDO NO ÁGUAS E PAISAGENS II DEVERIAM INCLUIR (...)"</p> <p>Resposta: Modificação realizada, obrigada.</p> <p>Comentário: "NO ÍTEM PARTICIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS (...)"</p> <p>Resposta: O referido texto consta em uma seção que resume os principais eixos do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, por isso não traz o detalhamento das ações. A seção 4.3 Ações de Envolvimento por Parte Interessada trazem esse detalhamento com os canais sugeridos.</p> <p>Comentário: "NO ÍTEM INCORPORAÇÃO CRÍTICA (...)"</p> <p>Resposta: Todas as sugestões recebidas são analisadas e respondidas com critério e cuidado. É importante registrar que, além de seguir as diretrizes de participação social do Governo do Estado do Espírito Santo, o Programa segue as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, que estabelecem critérios para transparência, participação social e devolutivas, conforme explicitado ao logo de todo o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas. A sugestão sobre o método de gestão interna das manifestações está sendo analisada pela coordenação do Programa.</p> <p>Comentário: "NO ÍTEM ESPECIAL ATENÇÃO AOS INDIVÍDUOS (...)"</p> <p>Resposta:</p>	

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
					<p>criado com as ações sendo colocadas com fotos, com acesso livre, onde a população pudesse estar ciente do que ocorre e onde/quando ocorrerá para poder participar da ação.</p> <p>NO ÍTEM RESPOSTA E RESOLUÇÃO DE QUEIXAS DE FORMA TEMPESTIVA É EFICIENTE</p> <p>IDEM ao registrado acima (transparência e divulgação) acrescentando: incluir telefones, e-mails, grupos whatsapps e APP (aplicativo para informação de eventos e ações nas áreas) e linha 0800xxxxxxx.</p>			<p>O projeto ainda está em fase de elaboração. A proposta de inclusão da Educação Ambiental tem total consonância com as características do Programa e está sendo cuidadosamente analisada pela coordenação do Programa.</p> <p>Comentário: "NO ÍTEM TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO (...)"</p> <p>Resposta: O projeto está em fase de elaboração, bem como os mecanismos de divulgação e participação. Suas sugestões são bastante robustas e estão sendo cuidadosamente analisadas pela coordenação do Programa. Ressalta-se que a seção onde constam os referidos textos citados apenas resume os principais eixos do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, por isso não traz o detalhamento das ações. O detalhamento encontra-se nos itens 4.2 e 4.3, que já trazem boa parte das sugestões feitas pela senhora.</p>

Data e hora	Local onde vive	Em qual parte interessada se enquadra	Concorda com a relação de públicos	Quais públicos deveriam estar incluídos no PEPI	Contribuição para PEPI	Avaliação do PEPI (1 pior; 5 melhor)	Críticas e sugestões	Respostas
3/25/2022 18:38:01	Vila Pavão	Não sabe responder	Sim		<p>ampliar em grande escala as áreas restaurada e uso de solo de forma sustentável, e criar projetos de educação ambiental nas escolas, comunidades em conjunto com a SMMA.</p>	5		<p>Prezado Sr. XXXXX, Muito obrigado pela participação e pelas sugestões feitas. Temos a satisfação de informar que um dos subcomponentes do Programa Águas e Paisagem II visa apoiar e expandir o Programa Reflorestar com o objetivo de também ampliar as áreas restauradas, e incentivar o manejo do solo de forma sustentável, conforme sugerido. Também é importante a observação sobre projetos de educação ambiental nas escolas e comunidades, será cuidadosamente analisada e poderemos ver como apoiar com outras instituições de governo.</p>

Versão Pós-Consulta Pública